

Arqueologia portuguesa no século XX

especial

- 104** Um Século de Arqueologia em Portugal - I
Carlos Fabião
- 127** Fontes Para a História Antiga Peninsular
Amílcar Guerra
- 133** Arqueologia Portuguesa no Século XX
um testemunho muito pessoal
António Carlos Silva
- 138** O Professor Mendes Corrêa
e a Arqueologia Portuguesa
João Luís Cardoso
- 157** Associação dos Arqueólogos Portugueses
a herança de Possidónio
Luís Raposo
- 161** Os Serviços Geológicos
e o estudo do Neolítico antigo em Portugal
Carlos Tavares da Silva
- 169** Arqueologia e Museus em Portugal
desde finais do século XIX
Luís Raposo
- 177** Conceito de Património e Arqueologia Industrial
seus limites, problemas de conservação e musealização
António Nabais

Aproveitando o ambiente de fim de século que se generalizou na sociedade portuguesa (e não só), e ainda que à revelia de evidências de calendário que aconselhariam a tratar o tema na edição de 2000, quando efectivamente se encerra a centúria, Al-madan desafiou vários dos seus colaboradores a historiar um pouco deste nosso passado recente, nomeadamente no que respeita aos desenvolvimentos teórico-metodológicos e às condições de exercício da investigação arqueológica, sem perder de vista o envolvimento institucional e o merecido destaque para as figuras que protagonizaram a Arqueologia portuguesa do século XX.

Daí resultou o dossier temático que agora se disponibiliza ao leitor interessado, num conjunto de artigos que lhe permitirão formar uma imagem que será necessariamente parcelar, mas onde contará com contributos fundamentais para uma aproximação ao contexto sócio-cultural em que ocorreram as grandes transformações do pensamento e da prática científica no seio de uma disciplina que entretece a sua própria história com a História dos grupos sociais que toma por objecto.

O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa

a b s t r a c t

The development of the scientific work of António Augusto Mendes Corrêa (1888-1960), who was a major reference in archaeological and anthropological research and teaching in Portugal. His intensive civil and social commitment deserves special mention within institutional environment of his time.

r é s u m é

La trajectoire scientifique de António Augusto Mendes Corrêa (1888-1960), personnalité marquante dans le domaine de la recherche et de l'enseignement de l'Archéologie et de l'Anthropologie portugaises, dans un parcours que son intense intervention civique et sociale justifie d'intégrer comme il se doit dans le milieu institutionnel de l'époque.

por João Luis Cardoso

Academia Portuguesa da História, Universidade Aberta e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras. Sócio do Centro de Arqueologia de Almada.

Ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, pelo interesse com que apoiou a preparação deste trabalho.

O. D. C.

Ao aceitar o convite endereçado pela Direcção da Revista para colaborar neste caderno temático, dedicado à Arqueologia Portuguesa do século XX, que em hora oportuna aparece, considerei de interesse apresentar estudo sobre a brilhante figura de Mendes Corrêa. Com efeito, a sua obra científica neste domínio inicia-se em 1916, terminando quase meio século depois, em 1959, no ano anterior ao da morte. Pela forte intervenção pública em assuntos relacionados com a Arqueologia, Mendes Corrêa assumiu um papel de destaque na sua época: é tal papel que se procurará descrever; os principais assuntos arqueológicos ou paleo-antropológicos que ocuparam Mendes Corrêa serão igualmente objecto de análise, publicando-se alguns documentos inéditos relevantes.

O campo da historiografia arqueológica em Portugal encontra-se quase por estudar; que este estudo contribua para o reconhecimento do efectivo estatuto científico de tal domínio, já plenamente afirmado além-fronteiras.

1. Introdução

O Prof. Doutor António Augusto Esteves Mendes Corrêa, de seu nome completo, nasceu no Porto, a 4 de Abril de 1888 e faleceu em Lisboa, a 7 de Janeiro de 1960. Pode dizer-se que o essencial da sua actividade científico-literária abarcou um período de cerca de 40 anos, entre os inícios da década de 1910 e o começo da década de 1950. Sendo uma das personalidades mais marcantes da Universidade Portuguesa, entendia a inves-

tigação em Antropologia de uma forma alargada, indissociada da realidade cultural do Homem Fóssil, manifestada pelos testemunhos materiais conservados; daí que o seu nome surja desde cedo relacionado com investigações arqueológicas, por si levadas a cabo, a que agregou colaboradores da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; nos últimos vinte anos da sua actividade científica no domínio da Arqueologia, apoiou, no âmbito do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (fundação do Instituto de Alta Cultura) investigações de múltiplos arqueólogos, tanto do ponto de vista institucional como financeiro, que encontravam no Mestre firme apoio aos estudos que pretendiam levar a cabo, desde os trabalhos no terreno até à publicação dos respectivos resultados; sempre as páginas da revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a que presidia desde 1928, se encontraram à disposição de todos, para tal efeito.

Este estudo versará sobre a trajectória científica de Mendes Corrêa, entrosada no ambiente político-institucional da época, passando pela breve caracterização dos principais contributos de índole arqueológica que a ele se ficaram a dever, sem esquecer o seu papel como impulsor da investigação arqueológica nacional, desenvolvido a partir do Porto.

Antes de mais, deve salientar-se que Mendes Corrêa foi um homem francamente interventor na vida do seu tempo. Porém, a plena afirmação a este nível foi precedida pelo reconhecimento internacional da obra científica, já vasta e muito diversa aquando da sua investitura em funções de índole administrativa ou política. Não foi um investigador olímpicamente isolado na torre de marfim da ciência que com tanto êxi-

to cultivou: ao contrário, o prestígio que lhe adveio do seu saber e labor, desde cedo foi carregado para benefício dos que requereram a sua ajuda, só tornada possível pela posição que alcançou na hierarquia do Estado.

2. Notas biográficas

Os dotes de Mendes Corrêa como observador, investigador e escritor incansável cedo vieram ao de cima. Licenciado em Medicina, com a média de 19 valores, pela antiga Escola Médico-Cirúrgica do Porto, foi nomeado em 1911 Assistente de Ciências Biológicas na recém fundada Faculdade de Ciências do Porto, na qual tomou posse do lugar de Professor Catedrático em 1921, depois de, em 1919, ter sido nomeado também Professor Ordinário de Geografia e Etnografia da entretanto extinta Faculdade de Letras daquela cidade. No decurso da sua vida científica, produziu mais de trezentos artigos científicos, alguns deles reunidos em livro, que lhe valeram o título de Doutor *Honoris Causa*, pelas Universidades de Lyon, de Montpellier e de Witwatersrand (Joanesburgo), demonstrativos do prestígio atingido além fronteiras. Numa época em que se observava a tendência em Portugal para um certo isolamento científico e cultural, cultivado provincianamente por alguns como prova de superioridade, a atitude de Mendes Corrêa contrasta pela diferença. Foi essa "maneira de estar" que justificou o seu interesse pela discussão alargada, mas sempre num plano de igualdade, de temas antropológicos ou arqueológicos que faziam a actualidade da época, com eminentes especialistas, mantendo com eles correspondência, por vezes publicada em prestigiadas revistas científicas internacionais. Desta forma, não surpreende ver o seu nome ligado a numerosas agremiações estrangeiras: Academia Pontificia de Ciências de Itália (Nuovi Lincei), Real Academia Galega, Academia de Ciências, Inscrições e Belas Artes de Toulouse, Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, Instituto Arqueológico Alemão, Sociedade dos Antiquários de Londres, Real Instituto Antropológico da Grã-Bretanha e Irlanda, Sociedades de Antropologia de Paris, Roma, Florença, Viena e Barcelona, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Espanhola de Antropologia, Etnologia e Pré-História. Foi sócio titular e membro do Conselho Directivo do Instituto Internacional Africano de Antropologia de Londres; da Comissão Permanente das Conferências Internacionais dos Africanistas Ocidentais e do Conselho Científico da África ao Sul do Saara. Em 1957, ao ser-lhe atribuído o título de sócio honorário do Real Instituto Antropológico da Grã-Bretanha e Irlanda, foi-lhe prestada importante homenagem na Sociedade de Geografia, a qual culminou a sua longa e notável carreira científica (MONTEIRO 1959).

O envolvimento de Mendes Corrêa nas agremiações científicas portuguesas não desmereceu do interesse dispensado às suas congéneres europeias e africanas: eleito a 4 de Abril de 1918, no dia em que perfazia 30 anos (fig. 1), membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, foi elevado a académico efectivo a 16 de Junho de 1938 e, mais tarde, a Presidente da respectiva Classe de Ciências, cargo que, por falecimento, não chegou a exercer. Quando se reorganizou a

Academia Portuguesa da História, foi desde logo designado como um dos seus vinte e cinco membros fundadores (22 de Dezembro de 1937), transitando directamente para académico de número, sendo-lhe atribuída a cadeira n.º 10, a 19 de Março de 1945. Em ambas as Academias, sobretudo na primeira, desenvolveu actividades de mérito; porém, foi a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, fundada no Porto em 1918 por um grupo de Professores, nos quais se contava Mendes Corrêa, da qual foi Presidente por largos anos, que maior dedicação e empenho lhe mereceu, a ponto de, sem exagero, poder ser considerado o seu principal animador: comprovam-no os inúmeros estudos publicados nos respectivos *Trabalhos*, para além das sessões e conferências que ali organizou. Outro exemplo do papel de Mendes Corrêa na ciência portuense e nacional do seu tempo é o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de que foi fundador, o qual, ulteriormente, em preito de homenagem, viria a adoptar o seu nome, por proposta de um dos seus discípulos mais fiéis, o Prof. Doutor J. R. dos Santos Júnior.

O crescente interesse que dedicou às questões antropológicas coloniais esteve na origem da sua nomeação, em 1946, como director da Escola Superior Colonial (Lisboa) e presidente da Junta das Missões Geográficas das Investigações Coloniais, explicando-se, do mesmo modo, a intensa actividade desenvolvida na Sociedade de Geografia de Lisboa, de que viria a ser Presidente, bem como do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Os estudos coloniais, de âmbito antropológico-arqueológico, tinham-no levado, já em 1935, a fundar no Porto o Museu da África do Sul Portuguesa e à organização, naquela cidade, no ano anterior, do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Pertenceu também à Associação dos Arqueólogos Portugueses e à Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães), para só mencionar as duas agremiações portuguesas mais directamente relacionadas com a Arqueologia. As condecorações que possuía confirmam o perfil de cientista empenhado na sociedade do seu tempo e o prestígio da sua obra, aquém e além fronteiras: detinha a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública e o Grande-Oficialato da Ordem de Cristo; era Grande-Oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul (Brasil); Comendador da Ordem da Coroa de Itália e da Bélgica e da Ordem de Afonso X o Sábio (de Espanha); era Oficial da Legião de Honra e da Ordem de Instrução Pública (de França), e Cavaleiro de Afonso XII (de Espanha), entre outras condecorações e medalhas.

O envolvimento na política do país conduziu-o, primeiramente, à Presidência da Câmara Municipal do Porto (1936-1942); durante o seu mandato, organizou-se o Arquivo Histórico Municipal e o arranjo da zona envolvente da Sé, obras bem demonstrativas do empenho na valorização do Património histórico-cultural portuense. Foi, no mesmo período, procurador à Câmara Corporativa e, depois, Deputado à Assembleia Nacional, nas legislaturas de 1945-1949; 1949-1953 e 1953-1956; ali se ocupou da discussão de diversos diplomas, com destaque para os relativos à investigação ultramarina; as preocupações com a valorização científica da



↑ Figura 1

Mendes Corrêa com 30 anos
(Processo Individual, ACL).



Figura 2 ↑

Capa do livro de actas do Congresso de Pré e Proto-História (I Congresso) do Congresso do Mundo Português (Lisboa, 1940), presidido por Mendes Corrêa.

Nação sempre pontuaram, naquela Casa, as suas intervenções. Na qualidade de Vice-Presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, a sua acção foi decisiva na realização dos Congressos Luso-Espanhóis sucessivamente reunidos, onde as numerosas comunicações de índole arqueológica, apresentadas na Secção de Ciências Históricas e Arqueologia, reunidas em grossos volumes (ver, por exemplo, as actas dos Congressos de 1942, 1956 e 1962), constituíram verdadeiros congressos de Arqueologia, antecessores do 1º Congresso Nacional de Arqueologia, apenas reunido no final de 1958. Já antes, em 1940, tinha presidido ao I Congresso de Pré e Proto-História, integrado no Congresso do Mundo Português, cujas actas constituem notável volume (fig. 2), e organizado as sessões na cidade do Porto do XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, reunido em Portugal de 21 a 30 de Setembro de 1930, por ocasião do 50º aniversário da célebre Sessão de Lisboa (a IX) do mesmo congresso.

Para se aquilatar da importância, tanto a nível nacional com internacional, daquela reunião científica, deve referir-se que, logo na sessão inaugural do Congresso, realizada na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, foram agraciados pelo Embaixador de França em Portugal, com a Comenda da Legião de Honra, Leite de Vasconcellos, Presidente do Congresso, e, entre outros, com o Oficialato da Ordem de Instrução Pública de França, Mendes Corrêa, na qualidade de Presidente do Comité do Porto. O Programa científico e social desta reunião não ficou atrás do célebre congresso realizado 50 anos antes. A primeira parte decorreu em Coimbra. Na visita que os congressistas efectuaram à Figueira da Foz, foi descerrada uma lápide comemorativa junto ao dólmen das Carniçosas, explorado por Santos Rocha. Depois, os congressistas seguiram em comboio especial para o Porto, onde decorreu a segunda parte, cujos trabalhos foram encerrados por Leite de Vasconcellos. Regressados a Lisboa, foram recebidos no Palácio de Belém pelo Presidente da República, a quem foram apresentados individualmente: só este acto seria suficiente para evidenciar a importância conferida pelas autoridades, ao mais alto nível, à realização deste Congresso em Portugal, numa altura em que o país procurava firmar a renovação do seu prestígio e credibilidade internacionais.

Tem interesse reproduzir o processo verbal da visita realizada aos concheiros de Muge, por iniciativa de Mendes Corrêa, de um grupo de congressistas, numa excursão pós-congresso em 1 de Outubro (NA 1931: 31-32): “No Cabeço de Amoreira detiveram-se longamente, assistindo aos trabalhos [fig. 3], examinando os cortes efectuados e as condições do terreno, e analisando algumas peças descobertas pouco antes, especialmente um esqueleto humano, descoberto precisamente nessa manhã, e que o Sr. Dr. Joaquim dos Santos Júnior, assistente do Instituto de Antropologia do Porto e colaborador nas escavações, isolara cuidadosamente, conservando-o, porém, ainda in situ na ocasião da visita [...]. Do alto do Cabeço [...] puderam os congressistas assistir ao

empolgante espectáculo de lide, por campinos a cavalo, duma manada de gado bravo, da qual foi separado um touro, depois reconduzido à manada. Já em 1880, por ocasião da visita dos membros do Congresso de Lisboa a Muge, idêntico espectáculo fora proporcionado aos congressistas de então [...]. § Ao anoitecer, o grupo excursionista voltou para Santarém, jantando no Hotel Central e recolhendo depois a Lisboa, sob a mais grata impressão desta jornada final do Congresso”.

Quase trinta anos depois, o empenho de Mendes Corrêa pela Arqueologia ainda se mantinha forte, nas belas palavras proferidas na sessão inaugural do I Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa a 15 de Dezembro de 1958, de homenagem a Leite de Vasconcellos, a cuja memória o Congresso foi dedicado (CORRÊA 1959).

Foi, porém, no seio de Junta Nacional da Educação (Secção de Antiguidades e Escavações) que a actividade de Mendes Corrêa mais se destacou em prol da Arqueologia nacional, não tanto ao nível das suas próprias investigações, mas, sobretudo, no apoio às desenvolvidas por outros; ser útil aos arqueólogos que careciam de apoio para o desenvolvimento das suas actividades foi uma constante em Mendes Corrêa, como homem público e uma das indeclináveis obrigações que a si mesmo impôs, crendo-se, deste modo, também útil à própria Pátria: “Um homem vale, acima de tudo, pelos serviços que presta à colectividade. Uma Pátria honra-se pelos serviços que presta à civilização e à Humanidade sem prejuízo — e até com afirmação — da sua individualidade nacional vinda de fundas raízes. § Assim uma pátria dignificada e próspera tem de se manifestar principalmente nas suas instituições de cultura, nos seus organismos de assistência, de higiene, de solidariedade, nas suas normas de justiça social e na sua vontade de concorrer para o progresso e para a felicidade humana” (TEIXEIRA 1964: 19).

Admitia Mendes Corrêa que da investigação arqueológica “surgirão os melhores estímulos para um nacionalismo salutar, assente sobre uma nítida consciência étnica e sobre uma inteligente e segura compreensão do passado” (CORRÊA 1926a: 16). Para se compreender a Pátria requeria-se, primeiro, o conhecimento de realidades que só a investigação científica poderia desvendar. Se a Antropologia Física foi susceptível de conduzir à demonstração da natureza mais profunda do povo português, só a Arqueologia seria capaz de conferir estatuto cultural a tal realidade.

Assim se compreende o seguinte voto, apresentado em telegrama enviado à Academia Portuguesa da História, a 2 de Abril de 1938, a propósito da preparação das Comemorações da Fundação da Nacionalidade: “Ouso sugerir cerimónias e publicações evocadoras papel citânias, cidades castelos e outros logares como factos vitais para história e proto-história Portugal” (in *Processo Individual*, APH).

Outra prova do interesse de Mendes Corrêa na investigação e valorização dos testemunhos arqueológicos susceptíveis de contribuir para o reforço do sentimento nacional, é já no período do pós-guerra: a 13 de Março de 1947, Mendes Corrêa mandou para a mesa da sessão da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa a seguinte proposta que, tendo merecido aprovação, foi remetida ao então Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, porém sem resultados

práticos visíveis: "Proponho que esta Classe exprima perante o Ministério da Educação Nacional o voto de que se efective a aspiração, já de há muito expressa por várias entidades, dum estudo sistemático e amplo da época romana em Portugal, especialmente para o estabelecimento da Carta Arqueológica dessa época e para a reconstrução o mais completa possível das estradas romanas no País" (in *Processo Individual*, ACL).

Trata-se de propósito que mantém ainda plena actualidade, mesmo no plano estritamente científico: um nacionalismo salutar só pode ser favorável aos estudos do Passado. Era, uma vez mais, a expressão de espírito científico atento, ao serviço do que considerava ser o interesse da Nação. Com efeito, para Mendes Corrêa "não seríamos grandes e fortes, hoje e no porvir, se em nós desaparecesse a consciência dos laços que nos ligam a esse passado" (CORRÊA 1938: 260). A este propósito, justifica-se outra transcrição, que bem exprime o pensamento do autor sobre as suas responsabilidades perante a Nação, na qualidade de investigador da nossa memória colectiva: "Há anos, visitando o Museu Arqueológico do Carmo em Lisboa, vi, religiosamente guardada sob uma rodoma de vidro, uma caveira que um letrado elucidativo dizia encontrada num carneiro do Convento de Alcobaca e ter sido dum dos gloriosos vencedores da batalha de Aljubarrota. Um rápido relance, logo confirmado por mais detida observação, conduziu-me à afirmativa de que com toda a verosimilhança o crânio era feminino, e, numa nota que publiquei, aventava ironicamente a possibilidade de se tratar da própria padeira de Aljubarrota... Hoje pergunto a mim mesmo que vantagem moral e prática decorreu da minha rectificação. A fúnebre relíquia provoca actualmente inúteis sorrisos de dúvida. Não teria sido melhor, sob tantos aspectos, que, perante esse crânio descarnado e alvo, todas as almas de portugueses continuassem ajoelhando devotadamente em comovida evocação dos nossos heróis?" (CORRÊA 1925: 14-15). Destas palavras poderia concluir-se existir no pensamento de Mendes Corrêa outras conveniências, diferentes da verdade científica; tal conclusão, porém, não transparece no conjunto da sua obra: jamais foram determinantes no pensamento de Mendes Corrêa doutrinas favoráveis a um nacionalismo exacerbado tão em voga na Europa do seu tempo. Pelo contrário, defendeu a integração da população portuguesa num bloco que abarcava o Norte de África, encontrando afinidades especiais com os actuais berberes (CORRÊA 1919b). Por outro lado, rejeitou as doutrinas de Lombroso, no âmbito da Antropologia criminal, que fizeram escola na década de 1930, as quais pretendiam correlacionar certas características físicas com pré-determinadas tendências comportamentais, de índole criminosa.

No plano da origem do Homem, opôs-se ao criacionismo estrito, defendendo uma via moderada que procurava compatibilizar a doutrina da Igreja Católica com as ideias evolucionistas, cada vez mais firmemente apoiadas na rápida sucessão das descobertas paleoantropológicas dos anos 20: afirmou-se, deste modo, defensor de um transformismo moderado e monogenista. Importa salientar, a este propósito, a polémica que manteve com o Padre Dr. Joaquim Manuel Valente, então Professor de História Dogmática no Seminário do Porto, a propósito de uma crítica publicada por aquele sa-

cerdote em 1934 (CORRÊA 1926b). Na réplica, datada do ano seguinte (CORRÊA 1935), explicitou o que entendia por "transformismo moderado", fundado "no reconhecimento simultâneo: 1º de uma multidão de factos cientificamente averiguados, que parecem mais explicáveis por evolução, por parentescos, do que por uma criação de que não há na ciência também qualquer prova (porque a revelação só se impõe sem demonstração à fé e não é invocada na pura pesquisa científica); 2º de uma multidão de factos cientificamente averiguados, que, pela sua aparição brusca em extremo grau de cumplicidade, sem precedentes admissíveis, tornam mais aceitáveis o criacionismo; 3º da necessidade de outorgar à mentalidade humana e às forças espirituais um papel e uma categoria que o materialismo e o mecanicismo inteiramente lhes contestam" (op. cit.: 55-56). Chega mesmo a responder com ironia, no mesmo tom usado pelo seu opositor, em trecho que se transcreve, para melhor documentar o pensamento do autor (op. cit.: 169): "Bem sabemos que intermediário morfológico não significa necessariamente intermediário genealógico! Mas o Pithecanthropus, o Sinanthropus, o Australopithecus, os homens de Mauer e de Neanderthal, trazem testemunhos morfológicos tão impressionantes, através de tudo!... Numa casa praticou-se um crime cujo autor se ignora: sucede que fôra visto, momentos depois, a sair furtivamente dessa casa um indivíduo estranho. Não há outros indícios. Que faz a polícia? Prende ou procura prender esse indivíduo. Porque êle é, necessariamente o criminoso? Não, mas porque é natural que o seja, ou, pelo menos, que seja testemunha e possa esclarecer o caso. O rev. Valente, se fôsse comissário de polícia ou juiz de instrução, deixava-o fugir, pôr-se a bom recato. Que será preciso para que o estimável sacerdote prenda o Pithecanthropus como suspeito? Nem pelo mal que faz às suas ideias?"

Em suma, Mendes Corrêa procurou deliberadamente uma solução intermédia para a questão da origem do Homem, conjugando elementos criacionistas do foro religioso, que partilhava por Fé, com outros do foro exclusivamente científico, que era o seu, favorável ao transformismo; como antropólogo, não poderia naturalmente ignorar as evidências das analogias dos caracteres dos antropóides fósseis então conhecidos com o homem actual, as quais suportavam "senão relações directas com o homem, pelo menos uma pluralidade de direcções evolutivas, entre as quais é verosímil ter aparecido a que conduziu ao homem..." (op. cit.: 168).

Com efeito, desde cedo Mendes Corrêa se interessou pelo estudo da origem do Homem, incorporando em obra de tomo, que baptizou simplesmente de *Homo*, com duas edições (CORRÊA 1926b), toda a soma de conhecimentos que sobre o assunto então se dispunha. À 1ª edição, de 1924, rapidamente esgotada — facto que evidencia o interesse suscitado pelo



↑ Figura 3

Foto de participantes no XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, aquando da sua visita ao concheiro do Cabeço da Amoreira. Ao centro, em baixo, J. R. dos Santos Júnior. Em pé, Mendes Corrêa, Siret, Jalhay, Bégouen, Pittard, Vayson de Pradenne, Reygasse, Vallois, entre outros (cf. caderno de campo de Mendes Corrêa, 1/10/1930). Foto reproduzida de N/A (1931).

tema em Portugal — sucede-se a 2ª, dois anos depois, actualizada e com retoma de artigos já publicados, como o impresso na prestigiada revista *L'Anthropologie* (1923), “La Généologie Humaine et le Polyphyletisme”, bem demonstrativo da qualidade conceptual e da originalidade das suas ideias então discutidas ao mais alto nível, facto também expresso no artigo “O Significado Genealógico dos *Australopithecus* e o Arco Antropofílico Índico” (CORRÊA 1925b). Trata-se de concepção monogenista, de ordem fundamentalmente geográfica, segundo a qual a localização do fenómeno antropogénico em torno do Índico se depreenderia do exame da distribuição dos mais importantes achados paleontológicos então conhecidos. Outro artigo, “L'Origine de L'Homme - l'état actuel du problème”, publicado em 1924 na revista *Scientia*, de Bolonha, trata também do assunto e outros mais se poderiam referir, como o dedicado, em 1933, à posição sistemática do esqueleto paleolítico da gruta de Combe-Capelle, que teve oportunidade de observar pessoalmente, em Berlim, em Maio de 1931 (CORRÊA 1933a).

3. Principais contributos no domínio da Arqueologia portuguesa

A noção de serviço público, manifestou-a Mendes Corrêa ao mais alto nível nas diversas facetas em que se desdobrou a sua actividade: como cientista multifacetado; como homem público, político e publicista; e como Professor. A sua acção pedagógica frutificou: está na origem da chamada “Escola antropológica do Porto” representada por discípulos como A. Ataíde J. R. dos Santos Júnior ou Carlos Teixeira. Este último, que lhe viria a fazer o elogio académico na Academia das Ciências de Lisboa (TEIXEIRA 1964), primeiramente interessado em temas de Antropologia física e de Arqueologia, viria mais tarde a destacar-se como eminente geólogo e paleobotânico. O seu discípulo mais querido terá sido Rui de Serpa Pinto, prematuramente falecido com 25 anos, em 1933. O seu desaparecimento poderá ter contribuído para o afastamento de Mendes Corrêa da investigação arqueológica de terreno: com efeito, a listagem efectuada dos trabalhos científicos de Mendes Corrêa, organizada pelo próprio Serpa Pinto (PINTO 1929), evidencia uma elevada percentagem de temas arqueológicos — 32 em 139 artigos publicados — que ulteriormente se atenua. O talento daquele seu jovem colaborador era ainda sublinhado por Mendes Corrêa num dos seus derradeiros trabalhos, ao transcrever excerto de carta que lhe havia sido dirigida por Leite de Vasconcellos, altamente elogiosa para Serpa Pinto (CORRÊA 1959: 24-25). A admiração pelo discípulo transparece, ainda, nas comovidas palavras que sobre ele escreveu na homenagem a outro ilustre arqueólogo, Eugénio Jalhay (CORRÊA 1951b: 80).

Mendes Corrêa entendia o campo científico da Antropologia como reflexo da variedade e diversidade da própria natureza humana. Abarcaria, desta forma, conhecimentos de Biologia, Zoologia, Anatomia, Fisiologia, Bioquímica, Medicina, Psicologia, Sociologia, Arte, História, Arqueologia e Geografia, entre outras áreas científicas (MONTEIRO 1959). A Arqueologia surge no campo complexo da dimensão cultural

do Homem, assim se compreendendo a sua vasta quanto heteróclita obra em tal domínio, o único que será objecto de análise neste trabalho.

Antes de mais, salienta-se o poder de síntese e a capacidade de relacionar assuntos aparentemente díspares, num exercício de transdisciplinaridade individual, tão inovador quanto bem sucedido, e em todo o caso só possível através da sua sólida cultura científica, na época só comparável à obra de Leite de Vasconcellos. Neste contexto, pode considerar-se brilhante continuador da escola de Arqueologia dos Serviços Geológicos da segunda metade do século XIX. Tal conclusão é apoiada pela análise de diversas obras de síntese sobre o nosso passado pré e proto-histórico, onde assuntos de carácter antropológico se entrelaçam harmonicamente com os de natureza histórico-arqueológica ou geográfica: depois de Mendes Corrêa, jamais tais questões voltaram a ser apresentadas de forma tão solidamente articulada, não obstante a soma de conhecimentos sectorialmente adquiridos desde então. Paradigma desta realidade é a obra *Os Povos Primitivos de Lusitânia* (CORRÊA 1924), ainda hoje de leitura proveitosa, em especial os capítulos sobre as características naturais do território português, a que se seguiu notável capítulo “A Lusitânia Pré-Romana”, publicado no vol. I da *História de Portugal*, dita edição de Barcelos (CORRÊA 1928a), dirigida pelo Prof. Damião Peres.

O vasto saber de Mendes Corrêa e a sua capacidade de relacionamento de conhecimentos de áreas científicas distintas mas concorrentes justificaram, por outro lado, obras inovadoras como *A Geografia da Prehistória* (CORRÊA 1929a), ou de síntese como *Geologia e Antropologia em Portugal* (CORRÊA 1929b), a qual constitui o embrião da *História dos Achados Pré-Históricos em Portugal* (CORRÊA 1947) ou ainda a intitulada *Arqueologia e Biologia*, apresentada na sessão solene comemorativa do 75º aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses e na qual se podem ler passagens como esta: “O passado não morreu. A ciência arqueológica e as leis da hereditariedade permitem-nos concluir que ele não se extinguiu de todo, que dele flui, no presente e em nós próprios, um esforço incessante de vida, uma energia inextinguível de luminosa continuidade criadora. Os mortos dos dólmenes e das necrópoles, os íncolas das citânias e das vilas, os heróis da Reconquista Cristã e das naus da Descoberta, estão conosco, ressurgem em todas as horas triunfais da Pátria” (CORRÊA 1938: 260).

Assumindo-se como principal animador da actividade arqueológica em Portugal depois de Leite Vasconcellos — como ele formado na Escola Médico-Cirúrgica do Porto —, o seu contributo científico e pessoal, naquele domínio, ficou definitivamente firmado por alguns estudos.

O primeiro, refere-se às necrópoles do final da Idade do Bronze de Tanchoal e de Meijão (Alpiarça), em terras da Quinta dos Patudos de seu tio Carlos Relvas, o proclamador da República na varanda dos Paços do Concelho de Lisboa, a 5 de Outubro de 1910.

Trata-se de uma necrópole de incineração em urnas, enterradas em campo aberto. Mendes Corrêa hesitou quanto à natureza da estação, no primeiro artigo que lhe dedicou (CORRÊA 1916); mais tarde, a sua opinião evoluiu e o estudo

publicado em Madrid (CORRÊA 1933-1935) intitula-se, significativamente, "Urnenfelder de Alpiarça", situando estas estações na Idade do Ferro. Tais descobertas tiveram a importância que mereciam: são vários os arqueólogos que a elas se referem, por vezes em obras de síntese (cf. ALMAGRO 1952; SAVORY 1969). Ainda na actualidade, as necrópoles de Alpiarça, descobertas e publicadas por Mendes Corrêa, a que se juntou uma outra, situada nas imediações (Cabeço da Bruxa) (KALB e HOCK 1980), constituem exemplo ímpar de necrópoles do final da Idade do Bronze ou do início da Idade do Ferro do território português.

Mendes Corrêa entendia que a prática arqueológica só produziria resultados se desenvolvida com paixão, vivendo-se cada descoberta numa estranha comunhão com o passado, a que não era estranha a componente romântica da sua personalidade. Na sessão de homenagem a Martins Sarmiento, na Universidade do Porto, por ocasião da celebração do centenário do seu nascimento, são suas as seguintes palavras (Corrêa 1933b): "No seu esforço evocador, as ciências do passado fazem meditar na imensa procissão das almas — de almas como as nossas — que têm desfilar sobre o solo que pisamos. Reconstituem dramas como o nosso. O espectáculo das ruínas é uma tremenda lição para os que crêem na perenidade das mais gigantescas realizações materiais. Quantos ideais, quantos sofrimentos, quantos sacrifícios, quantas esperanças, quantas ilusões elas traduzem! A pedra de uma parede desmoronada evoca os seres que atrás dela encontraram refúgio e agasalho, e atrás dela sentiram, pensaram, sonharam, cantaram, sofreram. O caco mais grosseiro é um pedaço da alma do homem que o modelou. O ornato mais singelo é uma aspiração de beleza. O mais modesto objecto votivo é a expressão respeitável de uma emoção religiosa, do anseio profundo do sobrenatural, de uma vida interior que enobrece o homem. Uma epopeia humilde está escrita em todos esses despojos amarelados... Desprezar com um sorriso de ironia essas ruínas sagradas seria o peor dos crimes". O valor simbólico ou estético do objecto arqueológico sobrepuja-se ao estritamente científico, como transparece destas palavras, explicando o interesse demonstrado por Mendes Corrêa por outro grande domínio da Arqueologia, o da Arte Pré-Histórica, a que dedicou diversos estudos.

O primeiro, relativo à arte megalítica (CORRÊA 1924), foi logo seguido do artigo "As Pinturas do Dólmen de Padrão (Vandoma)" (CORRÊA 1925-1926). Nele se reproduzem as pinturas observadas nos esteios do monumento, situado no concelho de Paredes, distrito de Porto. Trata-se de representações sobretudo a vermelho, de linhas sinuosas, com destaque para um esteio onde constava uma figura humana, desde logo transportado para o Instituto de Antropologia do Porto. Esta prática, também seguida por Mendes Corrêa no dólmen de Pedralta, Côta, do concelho de Viseu, esteve na origem de grave desentendimento com o investigador viseense José Coelho, arreigado defensor, como seria natural, das antiguidades da sua região. A este assunto, que não se deseja desenvolver neste estudo, se refere a seguinte bibliografia: Coelho 1924, 1942; Corrêa 1924, 1928b, 1933c. Para se aquilatar da violência da polémica, desencadeada em 1924, e das suas sequelas, basta a simples leitura de cartão que José Coelho fez acompanhar a

oferta do seu trabalho de 1942 a Manuel Heleno, transcrito na íntegra: "Viseu, 9 de Maio/Ao Exm^o. Sr. Dr. M. el Heleno/José Coelho/Prof. do Liceu cumprimenta e deseja/m.to o seu bem estar e de q.tos lhe são caros./Tendo estado uns dias em Lx^o. Na Páscoa, lamenta não ter podido/estar consigo. Ainda o procurei em casa mas já a porta/estava fechada. Estive com o Ab. Breuil/na Dir. dos Serv. Geológicos — recebendo dele excelente lição/sobre as espécies lascadas do respect.^o. Museu; confir-/mou-me promessa feita em Janeiro, de vir a Viseu no/próximo Verão, devendo encontrar-nos no Congresso do/Porto. Vai lá? Eu vou sempre quanto mais não fosse/para dar o desgosto de me lá ver ao grande Caboimino!/Cá o espero neste Verão como prometeu. Avise/quando vier, para não deixar de o esperar — nada mais/natural q. ter saído. M.to obrig. pela sua carta/amiga. Aí vai a última martelada agora/impressa./Cria-me am^o. Certo/J. Coelho". É significativa a forma cúmplice e familiar usada por José Coelho no seu trato com M. Heleno, conferida pelo combate a um adversário comum.

A questão de Glozel interessou também a Mendes Corrêa, tendo feito parte da comissão nomeada pelo Governo Francês que a analisou; sobre tal assunto, publicou diversas notas, entre 1926 e 1928. Defendeu a autenticidade daqueles signos, depois de uma visita ao local das descobertas.

Glozel foi, de imediato, relacionado com Alvão, cuja autenticidade não punha em causa: admitiu para as manifestações de Alvão Idade Pós-Neolítica mas anterior aos inícios da 2^a Idade do Ferro, que situava na região cerca de 500 a.C. Algumas das peças de Alvão ostentando símbolos alfabéticos, suportavam a hipótese de uma escrita muito recuada no Ocidente Peninsular. Esta possibilidade seria reforçada pela descoberta de uma plaqueta de argila ostentando tais signos, impressos antes da cozedura, encontrada por camponeses ao destruírem um dólmen em Carrazedo de Alvão (CORRÊA 1928b): a sua semelhança com os materiais glozelianos era evidente. Embora Mendes Corrêa, que a publicou em primeira mão, a não tenha considerado contemporânea do monumento (CORRÊA 1928b), como Dussaud tivesse contestado a sua autenticidade, viu-se obrigado a responder-lhe, reafirmando a sua convicção de que se tratava de escrita anterior à II Idade do Ferro (CORRÊA 1928c). O assunto Alvão/Glozel, apesar do seu inegável interesse científico, caiu no esquecimento, tanto em Portugal como em França, remetido para o campo das polémicas anacrónicas. Sem dúvida que, pelo menos no caso português, valeria a pena retomar a discussão, recorrendo a processos de análise à época inexistentes: por exemplo, estudos de microscopia óptica ou electrónica sobre os caracteres ou representações existentes, permitiriam a identificação do tipo de artefactos utilizados para a sua confecção; seriam também desejáveis determinações de idades absolutas (radiocarbono, termoluminescência). Provavelmente, Mendes Corrêa andou perto da verdade: tais peças deverão ser ulteriores, na sua última forma, aos monumentos megalíticos onde ocorrem, mas autênticos, no sentido de não corresponderem a produções actuais ou subactuais, com intuítos deliberadamente mistificadores.

A forma como Mendes Corrêa liminarmente afastou a eventualidade de se tratar de uma falsificação, ► 145

Um Decreto Infeliz e Deslocado

O Decreto n.º 21 117, de 18 de Abril de 1932, publicado no *Diário do Governo*, I Série, n.º 91, que regulamentou as escavações arqueológicas em Portugal estabeleceu, no *Capítulo III – Das escavações e arrolamento das antiguidades nacionais*, o seguinte:

[...] Art. 9º. Os indivíduos que pretenderem realizar escavações em imóveis não classificados são obrigados a comunicá-lo ao Ministério da Instrução Pública, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, que as autorizará, quando dirigidas por técnicos competentes, depois de ouvido o director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.

[...] Art. 11º. O Ministério da Instrução Pública poderá mandar inspeccionar os trabalhos de exploração de antiguidades e, quando os mesmos não obedecerem a critério científico, embargar a sua continuação. § Parágrafo único. Para evitar a dispersão dos espólios arqueológicos ficam proibidas escavações nas regiões onde o Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos as estiver realizando enquanto este não as der oficialmente por terminadas.

Art. 12º. O Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos funcionará como organismo central de vigilância e de investigação arqueológica.

[...] Art. 14º. O Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos promoverá, na medida das suas possibilidades, a organização de inventários dos museus locais particulares ou oficiais e o levantamento da carta arqueológica de Portugal.

[...] Art. 17º. Ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos compete velar pela conservação das antiguidades nacionais pré-históricas, proto-históricas, lusitano-romanas e requerer ao Ministério da Instrução Pública as providências que julgar necessárias a esse fim.

Art. 18º. O Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos diligenciará promover a acertada classificação dos museus arqueológicos particulares e oficiais quando estes não estiverem cientificamente organizados”.

Pelo articulado deste Decreto, é claro o propósito de assegurar para o Museu Etnológico o domínio absoluto da actividade arqueológica em Portugal, tanto no respeitante a escavações, como no tocante à gestão do património arqueológico móvel delas resultante. Este duplo objectivo, talvez justificável no início do século, quando a investigação arqueológica desenvolvida pelos Serviços Geológicos decaiu, afirmando-se Leite de Vasconcelos como seu principal obreiro, cobrindo, com a sua notável actividade, todo o território nacional, mercê de uma bem montada rede de diligentes colaboradores regionais, carreando deste modo para o único mu-

seu de carácter nacional todas as antiguidades mais relevantes que pudesse, já não tinha sentido nos inícios da década de 1930. De facto, este decreto, que pretendia oficializar tal situação — o que era insustentável —, foi sentido como grave injustiça por todos aqueles que, tanto no âmbito das Universidades, como no de instituições de reconhecido mérito e idoneidade, como a Associação dos Arqueólogos Portugueses ou a Sociedade Martins Sarmiento, pretendiam desenvolver as suas actividades no terreno, não reconhecendo no Director do Museu Etnológico qualquer ascendência científica ou técnica. Breve foi enviada ao Ministro da Instrução uma exposição subscrita por importante grupo de Professores universitários e investigadores, do seguinte teor, publicada em vários periódicos da época:

“Os sinatários, que representam a quasi totalidade dos investigadores portugueses que se ocupam de escavações arqueológicas veem perante V. Ex.ª exprimir o mais vivo desgosto pelo facto de no Decreto n.º 21 117 serem consignadas disposições que, se fossem mantidas, prejudicariam gravemente o desenvolvimento dos estudos arqueológicos em Portugal. § Poucos são infelizmente entre nós os que se consagram a esta ordem de estudos. O Decreto n.º 21 117, convertendo a Arqueologia Nacional em domínio do Director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, ainda mais reduziria esse número, porque ofende lamentavelmente os actuais investigadores que não pertencem ao dito Museu, desgostando-os e restringindo-lhes sem qualquer razão científica a sua actividade, e, por outro lado, nega o estímulo a novas iniciativas pois tôdas ficam inexplicavelmente dependentes do beneplácito do director do museu mencionado. § Não é o dito director a única entidade da sua categoria oficial que no país se ocupa, por dever do cargo, destes assuntos, e não pode êle abranger, praticamente, com conhecimento directo da causa, tôda a extensão do território nacional e todos os sectores da complexa ciência arqueológica. § O exclusivo da fiscalização e a centralização das investigações nas suas mãos, bem como o olvido completo nas disposições proteccionistas do parágrafo único do art. 11º das escavações promovidas por outras entidades, de idoneidade notória, representam um monopólio científico pessoal que viria aniquilar de facto todos os esforços estranhos, se porventura o decreto viesse a ser cumprido nos termos em que foi redigido. § Se, pelo contrário, os poderes conferidos ao aludido funcionário e ao Museu da sua direcção fossem antes outorgados a um Conselho ou Junta em que, além daquele Museu, tivessem representação os núcleos de investigação existentes no país e de reputação científica estabelecida, não só os de carácter oficial como os constituídos por sociedades ou corporações privadas, a efi-

cácia do decreto seria evidente e ao personalismo que êle favorece, substituir-se-iam uma ampla solidariedade e uma útil suplência de esforços.

Já em tempos o grupo glorioso da «Portugália» a que pertenceram individualidades como Ricardo Severo, José Fortes, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso, manifestou com êxito o seu fundado desacôrdo para com propósitos de centralização análogos aos sancionados no decreto n.º 21 117. § Como pode o Museu Etnológico fiscalisar e centralisar, por exemplo, investigações de Serviço Geológico e de Institutos universitários cuja autonomia científica nunca foi posta em discussão? § O Serviço-Geológico de Portugal possui a mais brilhante tradição de escavações que tem havido no nosso país. Carlos Ribeiro, Nery Delgado, Pereira da Costa não fizeram «bric-à-brac» ou esgravatadelas de acaso, mas escavações metódicas que honram os seus nomes e Portugal e atraíram as atenções mais vivas dos especialistas estrangeiros. A actividade do Serviço Geológico diminuiu relativamente à paleo-anthropologia mas é de esperar e desejar que se renove, e, de resto, o material coligido tem sido ali objecto permanente de estudo. Poderá ao director do Museu Etnológico, professor duma Faculdade de Letras (a de Lisboa), ser atribuído o papel de fiscalisar ou regular essa actividade em domínios de ciência, como a estratigrafia, a paleontologia e a antropologia, que estão fora do respectivo campo de estudos? O mesmo se passa em relação aos Institutos Universitários de Geologia e Antropologia. A estratigrafia e a paleontologia do quaternário, a paleo-anthropologia, são assuntos em que se não pode exigir competência a um professor de ciências históricas duma Faculdade de Letras. É erróneo supôr que a Prehistória e a História dispõem de métodos idênticos.

Mas acresce ainda que em nenhum outro ramo de estudos universitários, se estabeleceu até hoje, entre os respectivos institutos, a dependência que se visa criar para com o Museu Etnológico o qual é anexo à Faculdade de Letras de Lisboa (pág. 42 do Orçamento de despesa do Ministério da Instrução para 1931-1932). Entre os estabelecimentos cuja actividade se pretende coordenar no dito Museu, há alguns que teem recebido da Junta de Educação Nacional subsídios expressamente consignados a escavações ou que, nos termos da legislação universitária, foram elevados à categoria de «Institutos de Investigação Científica». A condição essencial para esta elevação é, nos termos do decreto n.º 19 026, que se verifique terem os professores catedráticos seus directores um mínimo de tempo de serviço e serem «autores de valiosa obra científica demonstrada por trabalhos publicados dentro dos dez anos que precederam a proposta». Esta necessidade ainda de reunir 2/3 dos votos do Conselho Escolar respectivo para ser aprovada pelo Governo. ► 144

respondendo, de maneira directa e incisiva a uma crítica que pretendeu contraditá-lo, explorando todos os argumentos úteis à sua defesa, testemunha a postura sempre assumida nas polémicas em que se viu envolvido.

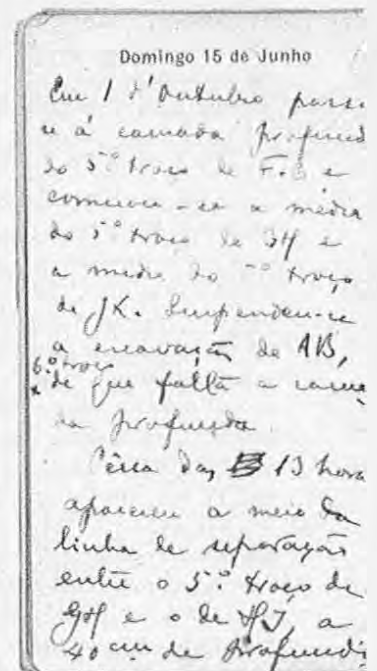
Houve outros casos em que também não teve razão. Naquele mesmo ano de 1928, quando a polémica sobre Glozel estava ao rubro, publicou artigo na *Revue Anthropologique* intitulado "Nouveaux Documents sur l'Art Préhistorique en Portugal". Se é de destacar a capacidade de síntese que este ensaio evidencia, já é difícil de aceitar o facto de se não ter apercebido que dois fragmentos de um báculo de xisto, por si pessoalmente observados no Museu de Santarém em Janeiro de 1926, pertenciam, afinal, à mesma peça, tomando errônea a sua figuração no artigo citado, como se de peças distintas se tratasse (CORRÊA 1928d, figs. 9 e 10). Esta desatenção não passou despercebida a M. Heleno. Em comunicação ao Instituto Português de História, Arte e Arqueologia na sessão de 8 de Agosto de 1937, cujo relato foi transcrito no jornal *A Voz* de 14/08/1937 e publicado mais tarde (HELENO 1942), apresentou estudo sobre o culto do machado em tempos pré-históricos, declarando a propósito das peças em questão o seguinte (p. 462): "Um outro grupo de objectos existe, porém, na nossa arqueologia a atestar esse culto. A chave para a interpretação desses objectos, considerados um enigma, encontrava-se à vista de todos, desde 1923, no Museu de Santarém, e, o que é mais curioso, os fragmentos do protótipo que permitiu essa interpretação foram publicados em revistas estrangeiras (*Revue Anthropologique, etc.*) pelo Sr. Professor Mendes Corrêa, do Porto, como peças independentes e sem notar a sua grande importância". Uma vez mais, Mendes Corrêa não se furtou à resposta, que originou uma controvérsia científica nas páginas do *Diário de Notícias* de 26 de Agosto e de 5, 9 e 10 de Setembro de 1937. Nelas, Mendes Corrêa procurou justificar, com alguma habilidade, a sua falha, declarando jamais ter dito não pertencerem as referidas peças a um mesmo e único artefacto... o que era objectivamente verdade.

Tão grande agitação sobre um assunto científico de menor importância, só revela o estado de tensão existente entre os dois protagonistas, disputando influência no mesmo campo científico, agravado talvez pelas profundas diferenças existentes na própria formação académica e modo de estar de cada um deles: Mendes Corrêa, amadurecido nos contactos e convívio com os mais eminentes arqueólogos e antropólogos do seu tempo; M. Heleno, mais reservado, pouco entusiasta do convívio intelectual com os seus pares, procurando, a partir da direcção do Museu de Belém, assegurar a primazia da sua influência. As relações conflituosas de Manuel Heleno eram extensivas a importantes arqueólogos da época, como Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, sócios activos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, cujo papel era visto também de forma depreciativa por M. Heleno: prova disso é o comentário sobre o encaminhamento das preciosas jóias auríferas do Álamo, Moura, para o Museu Etnológico, já então por si dirigido (HELENO 1935: 235, nota 85): "Logo que se deu o aparecimento do mesmo empreguei, como director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos, tôdas as diligências para a sua aquisição e obtive do interesse científico dos Exm. Ministros das Finanças e da Instrução, Srs. Drs. Oliveira

Salazar e Cordeiro Ramos, a inclusão no orçamento desse mesmo ano duma verba de 20.000\$00 Esc. para esse fim. § Tempos depois, em Novembro do dito ano, a Associação dos Arqueólogos, do Carmo, a dar-se ares de mentora da Arqueologia Nacional (em dezenas de anos de existência nunca fez uma escavação e... ainda bem!) pedia ao Governo... o que há meses já tinha sido concedido! E não contente com isto ainda representava para que a compra do dito tesouro se fizesse para o Museu Etnológico, assim a mostrar, inocentemente, que o director dêste se não interessava pelo assunto! § A que excessos de lialdade o zelo arqueológico pode levar! § Pois fique sabendo a gongórica associação que o Museu Etnológico dispensa a sua protecção e o pessoal do mesmo o seu generoso auxílio!" No ano de 1930, a secção de Arqueologia Pré-Histórica daquela Associação reuniu, efectivamente, em sessão extraordinária para "Resolver sobre a antiguidade e valor das joias recentemente encontradas na Herdade do Álamo (Alentejo)", na presença das mesmas e do administrador do concelho. Intervieram na discussão diversos sócios, depois de terem ouvido comunicação de Vilanova de Vasconcelos, o único que já tinha observado as peças (COSTA 1930, 1932). As razões para este azedume eram porém reais e objectivas, tendo origem na reacção da comunidade arqueológica da época ao Decreto 21 117, de 18 de Abril de 1932, relativo à gestão do património arqueológico português, incluindo escavações arqueológicas (ver caixa "Um Decreto Infeliz...").

Os factos apontados não significam, porém, que Mendes Corrêa tivesse sempre a razão científica do seu lado. Prova disso é a comunicação apresentada ao XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique (CORRÊA 1933d), onde, a par de outras supostas epígrafes publica uma lousa de Lerilla (Ciudad Rodrigo), do mesmo tipo de outras daquela região, que hoje se sabe corresponderem simplesmente a contagens (de rebanhos?) de época visigótica (COELHO 1972), tida então como da segunda Idade do Ferro... Porém, tudo deve ser situado na sua época: ao tempo, desconhecia-se o significado das placas visigóticas aludidas que, ademais, não ocorrem em Portugal. O erro de Mendes Corrêa tem, deste modo, atenuantes e mesmo justificação.

Outra questão que interessou Mendes Corrêa, por certo relacionada com a sua formação de naturalista, foi a do Homem Terciário. Aceitando a probabilidade do aparecimento do Homem na Era Terciária, foi com grandes esperanças que se deslocou à Quinta do Vale das Lajes, junto à estrada de Alenquer a Ota, onde Hipólito Cabaço havia recolhido ossos humanos, em sedimentos miocénicos. A escavação, porém, viria a revelar uma sepultura neolítica em covacho aberto no substrato geológico, contendo vários trapézios e um machado de pedra polida (CORRÊA 1926a, fig. 1): a sua atribuição ao Neolítico Antigo é mais do que plausível, transformando-a em testemunho de elevado interesse arqueológico, dada a extrema raridade de ocorrências do género no território português. Porém, não era isso que interessava a Mendes Corrêa, apesar de este ter correctamente atribuído o sepulcro àquela época, facto tanto mais para admirar em época em que quase tudo se desconhecia a seu respeito. Raramente na Arqueologia portuguesa se terá feito descrição de um facto científico de forma tão impressiva, sem deixar de ser rigorosa e elegante; a sua



↑ Figura 4

Página de caderno de campo das escavações do concheiro do Cabeço da Amoreira, relativas ao dia 1 de Outubro de 1930, com letra de Mendes Corrêa.

Ora, não sendo o professor que dirige o Museu Etnológico também Director dum Instituto de Investigação Universitária nos termos do decreto n.º 19 026, como pode ele sobrepor-se a institutos que estão nas condições desse decreto ou a qualquer outra entidade expressamente incumbida de escavações? Foi inteiramente esquecido que sob a direcção de professores das Universidades de Coimbra e Porto se tem realizado nos últimos anos, além de outras, em Condeixa e Muge (respectivamente), escavações sistemáticas que mereceram o elogio dos especialistas estrangeiros que as visitaram durante o Congresso Internacional de Antropologia Prehistórica de 1930. Diapositivos destas escavações foram solicitados, como exemplos de método, pelo Conde du Mesnil de Buisson, eminente director da Missão Arqueológica Francesa na Síria, para ilustrarem as lições do curso de escavações por ele dirigido na Escola do Louvre, em Paris.

Sr. Ministro: Os sinatários, avessos a qualquer personalismo, são, entretanto, forçados a declarar que desconhecem as indicações que determinaram a entrega ao Director do Museu Etnológico duma função cujo exercício por uma só pessoa é inédito na legislação de países em que a Arqueologia está incomparavelmente mais adiantada do que entre nós, e mesmo em Portugal, em que para os vários serviços públicos existem juntas, conselhos e comissões, ao lado das direcções gerais e repartições respectivas. Não basta ser director dum Museu Etnológico para exercer num ramo da ciência portuguesa um papel tutelar e centralizador que nunca individualidades da envergadura de Schliemann, Evans, Cartailhac, Dechelette, Boule, Schulten, Obermaier, Bosch Gimpera, Ramon Melida, Gomez Moreno, etc., se lembraram de assumir nos respectivos países. Seria bem preferível, a nosso ver, uma coordenação salutar de esforços por uma comissão em que

estivessem representados todos os que em Portugal teem autoridade científica e o dever de intervir no assunto. Essa comissão teria a seu turno delegados regionais como sucede noutros países. Não se trataria assim duma inexequível e indefensável centralização na pessoa do director dum Museu. Mas o que sobretudo seria para desejar era que se subviassem largamente os serviços capazes de exumar do solo sagrado da Pátria os mais antigos documentos da vida humana neste recanto do mundo. É na esperança de que serão ponderadas as circunstâncias anónimas criadas à Arqueologia Portuguesa e aos seus cultores pelo Decreto n.º 21 117 que os sinatários apresentam à consideração de V. Ex.^a, esta exposição inspirada apenas na consciência dos seus deveres para com a Pátria e para com a ciência que desinteressadamente servem.

Saúde e Fraternidade. — Lisboa, 23 de Maio de 1932”.

Assinam o documento, entre outros: Antonio Augusto Mendes Corrêa, José de Pinho, Pedro Victorino, Aarão de Lacerda, Eusébio Tamagnini, Vergilio Correia, Aristides de Amorim Girão, Alberto Souto, Alfredo Ataíde, Rui de Serpa Pinto, J. R. dos Santos Júnior, Luís de Pina, Eugénio Jalhay, Joaquim Fontes, Félix Alves Pereira, Afonso do Paço, Arthur Cohen (Eng. Chefe dos Serviços Geológicos) e Mário Cardozo.

Esta reacção firme, imediata e concertada teve efeitos positivos: em breve o articulado em causa sofria alterações profundas, retirando ao Director do Museu Etnológico os poderes discricionários que detinha, remetendo-o para papel muito mais modesto: seria doravante apenas um entre diversos membros de uma comissão consultiva criada pelo Decreto-Lei n.º 23 125, de 12 de Outubro de 1933 (*Diário do Governo*, I Série, n.º 232). Trata-se da

Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, antecessora imediata de 2ª Subsecção - Antiguidades, Escavações e Numismática da 6ª Comissão de Belas-Artes da Junta Nacional de Educação, criada em 1936, a qual viria a superintender a actividade arqueológica em Portugal até 1977, ano em que foi extinta.

O Art. 2º do Decreto-Lei supracitado determinou a seguinte constituição para a referida Junta Nacional de Escavações e Antiguidades: “director-geral do ensino superior e das belas-artes, que será o presidente; o presidente da Junta de Educação Nacional; o presidente do Conselho Nacional de Belas-Artes; o director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos; o engenheiro chefe dos Serviços Geológicos de Portugal; um delegado da Associação dos Arqueólogos Portugueses; três vogais nomeados pelo Governo de entre os professores das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra e individualidades de notória competência em investigações arqueológicas; e o conservador do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, que servirá de secretário”.

Com o objectivo de deixar bem claro o novo modelo de gestão, o Art. 7º estipulou explicitamente que passariam “a ser da competência da Junta” as atribuições conferidas pelo Decreto anterior: “ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos e ao seu director, que no entanto prestarão à Junta a colaboração que estiver na medida das suas possibilidades”: a nítida perda de influência legal que, em 1933, M. Heleno sofreu na arqueologia nacional, jamais a perdeu aos que a motivaram, com Mendes Corrêa em lugar de destaque.

J. L. C.

leitura poderá contribuir para a compreensão da própria técnica de construção do discurso de Mendes Corrêa (pág. 9 e seg. da separata): “No dia 10, tendo eu seguido para outro ponto do Ribatejo, o assistente Sr. Santos Júnior, ao qual deixara instruções para a conclusão dos trabalhos, encontrou novos fragmentos ósseos, entre os quais parte duma calote craniana e de vários ossos longos, muitos dentes, um terceiro sílex trapezoidal, algumas lascas e enfim, a cerca de 20 cm dos restos ósseos, no mesmo nível, um machado polido [...]. Todas as esperanças sobre a cronologia terciária do achado estavam destruídas. Na manhã de 11, ao receber de Santos Júnior, na estação de caminhos de ferro de Santarém, a notícia das últimas aquisições, abandonei por fim a minha atitude de reserva para estabelecer definitivamente a data da jazida. Tratava-se, em vista dos sílices trapezoidais e do machado polido (fig. 1), de restos pré-históricos do neolítico antigo: o terreno, de fraca coesão, fora sem dúvida revolvido nessa data. Ainda assim, a idade da estação arqueológica remonta-

va a muitos milénios, talvez a uns 8 ou 9 mil anos. Não hesito em confessar que in loco, sob a sugestão dos entusiasmos dos meus companheiros, sob aquele sol rutilante do Ribatejo, ali naquelas paragens famosas — terra sagrada da pré-história portuguesa em que Carlos Ribeiro colheira os materiais para a sua hipótese do homem terciário, e verificando quanto os achados do Vale das Lajes estavam integrados no terreno, eu cheguei, a-pesar do meu anterior cepticismo, a-pesar das diferenças entre os sílices encontrados e os eólitos de Ribeiro e Delgado, a-pesar da percentagem de matéria orgânica nos ossos, a-pesar da presença dos sílices geométricos e até de pequena profundidade do nível ossífero [...], eu cheguei — repito — a acariciar uma esperança. Quando na noite de 9, recolhi à hospitalidade da Casa dos Patudos, a Alpiarça, confiando a Santos Júnior a conclusão dos trabalhos de exploração, transmiti essa esperança ao Sr. Raposo, ao passar na sua quinta do Carregado, e a Romão de Sousa, que regressou comigo para a estação de caminho de ferro.

= CABEÇO DA AMOREIRA =

Muge.

Excavações do Prof. H. Corréa

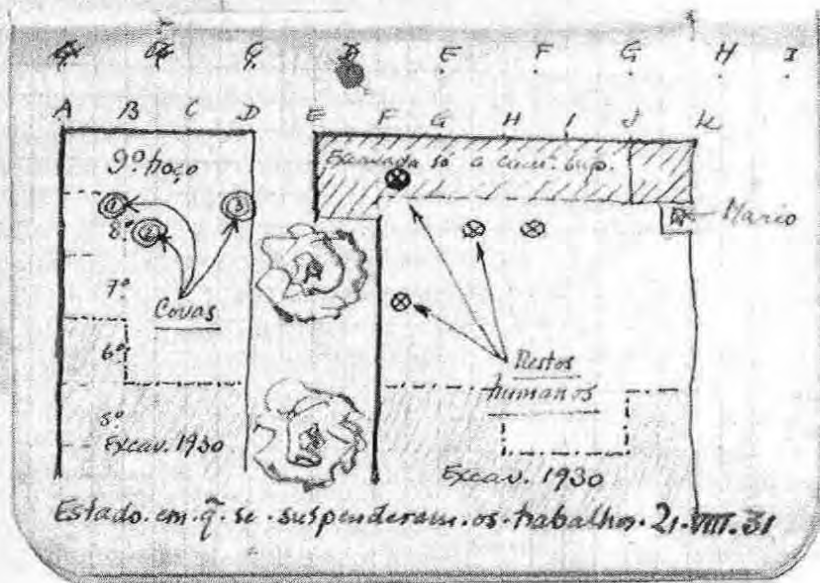
"Divisão de Educação Nacional"

Mas nunca abandonei, entretanto, a atitude de reserva que a serenidade da ciência e os factos registados aconselhavam. § Fiz bem assim [...]. § A estação do Vale das Lages corresponde a um período de iniciação. Novas culturas estavam germinando. Novos horizontes despontavam. Mas os homens inuados ali não tinham ainda pôsto de parte alguns utensílios da humilde cultura representada nos "restos de cozinha" ribatejanos [...]. § Ainda não iam longe os tempos em que o mísero Homo taganus, as pobres populações de Muge, tinham erguido esses montículos de detritos que, na sua ingénua rudeza e na sua indigência, são os monumentos venerados em que se abrigaram os despojos funerários e culturais de tão remotos povoadores da terra portuguesa...

Se as explorações do Homem terciário não foram à medida das suas expectativas iniciais — publicou na mesma obra diversos éólitos recolhidos na ocasião, que admitiu resultarem de acções naturais (CORRÊA 1926a), posteriormente apresentados ao Congresso de Amsterdão, de 1927 (CORRÊA 1928e) —, já as explorações que empreendeu nos concheiros de Muge foram coroadas de êxito. Elas correspondem ao culminar das actividades arqueológicas de campo de Mendes Corrêa, vencida a vontade de M. Heleno que, também ali, pretendia efectuar escavações "sem ideias preconcebidas", em 1932 e inícios de 1933, já depois de iniciadas as do primeiro, com o argumento de o Museu Etnológico ainda não possuir materiais ilustrativos dessa época. A alusão, não inocente, a "ideias preconcebidas" referia-se às afinidades negróides invocadas por Mendes Corrêa, combatidas por H. Vallois, que M. Heleno pretendia convidar para estudar o material antropológico que recolhesse, no que foi duramente criticado por antropólogos portugueses. O epílogo desta tentativa de Heleno inferiorizar o trabalho de Mendes Corrêa foi dado pelo próprio Vallois, ao escrever uma carta a Mendes Corrêa, que este publicou, desdramatizando as divergências entre ambos [cf. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 6(1): 55-57].

O primeiro ciclo das escavações de Mendes Corrêa desenrolou-se no concheiro do Cabeço de Amoreira, que tinha sido apenas objecto de sondagens muito limitadas no século XIX. Ali se efectuaram as campanhas de 4 a 23 de Agosto de 1930 e de 29 de Setembro a 2 de Outubro do mesmo ano, de modo aos participantes do XV Congresso de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica poderem apreciar a estação em curso de exploração (cf. visita anteriormente descrita). O caderno de campo no dia 1 de Outubro de 1930 assinala as seguintes descobertas, que na íntegra se transcrevem, até para se aquilatar da qualidade dos registos efectuados (letra de Mendes Corrêa): "Em 1 d' Outubro passou-se à camada profunda do 5º. Troço de FC e começou-se a media do 5º. Troço de GH e a media do 5º. Troço de JK. Suspendeu-se a escavação de AB. 6º. Troço de que falta a camada profunda. § Cerca das 13 horas apareceu a meio da linha de separação entre o 5º. Troço de GH e o de HJ a 40 cm de profundidade um esqueleto dum adulto masculino, com o crânio fracturado (post-mortem), em decúbito lateral, com o dorso pº. E, a cabeça caída para traz, os pés para N, os membros profundamente flectidos, os joelhos a 20 cm do hombro. Fez-se croquis

1930.
1931.



e fotografias. Trabalhou-se durante parte dessa tarde e em 2 no isolamento e extracção do esqueleto, o qual foi visto pelos congressistas que visitaram Muge na tarde de 1. § Vê-se bem aparecer o lado direito do individuo, o crânio, a clavícula, o omoplata, o humero, o radio e o cubito, a rotula, o femur, a tibia (partida) e o peroneo (partido em 2 pontos), o calcâneo, os ossos do pé, muitas vertebrae e costelas, um pedaço do ilíaco. § Os congressistas que vieram comigo em 1 foram Bégouen, Pittard, mulher e filho, Miss Liley, Nicolaescu, Vayson de Pradenne e mulher, Siret, Reygasse, Jalhay, Pires, Vallois e mulher, Rellini, Benoit. Levaram quasi todos alguns micrólitos, ossos, conchas, quartzites, etc. de AB e FG".

No ano seguinte, as escavações efectuaram-se entre 29 de Julho e 21 de Agosto, depois entre 7 e 28 de Agosto de 1933 e, finalmente, em Agosto e Setembro de 1937 (fig. 5), mas então as investigações interessaram, sobretudo, o concheiro do Cabeço da Arruda (CORRÊA 1951a). Três cadernos de campo a que se teve acesso, adquiridos aquando da venda da biblioteca de Mendes Corrêa na década de 1960 e que actualmente integram o espólio do Doutor O. da Veiga Ferreira: um de 1930, outro de 1930-1931-1933 e o último de 1937, mostram que tanto Rui de Serpa Pinto como J. R. dos Santos Júnior participaram activamente nas escavações.

A menor diferença de cotas do concheiro do Cabeço da Arruda, relativamente ao nível de base local, representado pela ribeira de Muge, face às cotas do Cabeço da Amoreira, levaram Mendes Corrêa a admitir ser aquele mais moderno que este, para além de argumentos arqueozoológicos e arqueológicos (CORRÊA 1933e). Entre os primeiros, invocou a frequência crescente de *Mytilus edulis*, observada nos concheiros das Astúrias, dos níveis mais antigos para os mais modernos, recordando a ausência desta espécie no Cabeço de Amoreira, ao contrário do verificado Cabeço da Arruda. Também a presença no Cabeço da Amoreira de espécies de águas salgadas mais quentes que as actuais indicaria uma maior antiguidade deste concheiro, conclusão que, do ponto de vista arqueológi-

Figura 5

Caderno de campo do concheiro do Cabeço da Amoreira. Em cima, folha de rosto e planta relativa às escavações de 1931, com letra de Rui de Serpa Pinto; em baixo, desenho do esqueleto n.º 1, da autoria de J. R. dos Santos Júnior, e páginas interiores escritas pelo mesmo (dias 13, 14 e 16 de Agosto de 1937).



Handwritten notes in a notebook, including dates like '14/8/37' and '15/8/37', and some illegible text.

Figura 6

Bifaces de quartzo do Acheulense Superior recuperados na escavação da estação do Cabeço da Mina, Muge (CORRÊA 1940: várias figs.).

co, seria suportada pela extrema raridade de trapézios, contrastando com a sua frequência no Cabeço da Arruda.

Estas considerações ainda não foram, porém, confirmadas pelas datações absolutas obtidas pelo radiocarbono, as quais evidenciam consideráveis sobreposições, pese embora a escassez de datas disponíveis (apenas duas publicadas para cada um dos referidos concheiros) e o elevado intervalo de incerteza que lhes correspondem (ARNAUD 1987). Outro aspecto relevante das escavações dirigidas por Mendes Corrêa refere-se à identificação de novas sepulturas no Cabeço de Amoreira. Estas, pela sua posição periférica, sugeriram-lhe fase tardia na sequência ocupacional do sítio, admitindo mesmo que os derradeiros ocupantes do Cabeço de Amoreira pudessem ter sido já sepultados no Cabeço da Arruda, que lhe fica fronteiro.

Os resultados de tais trabalhos foram, na época, apenas objecto de notas breves da autoria de R. de Serpa Pinto (PINTO 1932; 1933-1934), havendo fundadas razões para admitir, não fosse a sua morte prematura, um conhecimento da ocupação mesolítica de área em questão muito mais completo do que aquele que, ainda hoje, dela temos.

Refere-se ainda à região de Muge artigo de 1940 da autoria de Mendes Corrêa, onde se apresentam materiais das estações paleolíticas dos terraços da margem esquerda do Tejo, recolhidos por H. Cabaço e J. F. Cadete, uma das quais — o Cabeço da Mina — com interesse estratigráfico. Ali Mendes Corrêa dirigiu escavações arqueológicas — as primeiras que em Portugal se fizeram em uma estação paleolítica de ar livre —, as quais conduziram à recolha em estratigrafia de diversos bifaces do Acheulense Superior de recorte absolutamente clássico (fig. 6). Estes trabalhos antecederam os de H. Breuil e G. Zbyszewski na região, realizados anos depois e limitados a recolhas superficiais. O carácter pioneiro das escavações de Mendes Corrêa no Cabeço da Mina é acentuado pela metodologia adoptada, incluindo a localização gráfica em projecção, no corte estratigráfico respectivo dos objectos encontrados (fig. 7), facto bem demonstrativo da qualidade dos trabalhos realizados, mesmo a nível internacional (CORRÊA 1940, fig. 16). Este estudo de Mendes Corrêa apresenta ainda judiciosas considerações sobre a relação dos materiais paleolíticos do Cabeço da Mina com os materiais de superfície, de base macrolítica, que considerou pós-paleolíticos, entre os quais ocorrem peças de tipologia afim da asturiense, do litoral Norte do país. Estava sem o saber a tocar em assunto dos mais dis-

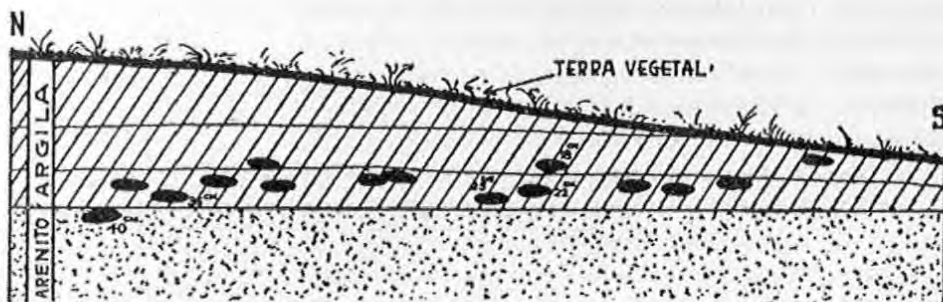
cutidos e ainda não totalmente resolvido: o da cronologia e estatuto cultural das indústrias vulgarmente designadas por "languedocenses".

Não poderiam deixar de se referir, de entre os contributos de Mendes Corrêa do foro arqueológico, os relativos ao antigo Ultramar português, decorrentes da sua participação em diversas missões cujo âmbito, em larga medida, extravasa o deste estudo. São de destacar os estudos relativos às indústrias líticas de Timor, obtidas na missão científica que chefiou ao território, na década de 1950. Efectivamente, o povoamento das regiões austrais interessava-o de há muito, tendo sustentado hipótese (CORRÊA 1926b) de a Antárctida ter servido de ponte para o povoamento humano da América do Sul, a partir da Austrália e dos arquipélagos mais austrais, no decurso de época de amenidade climática (fig. 8), hipótese que foi então seriamente considerada no seio da comunidade científica internacional. Em consequência, propôs a realização de uma expedição portuguesa àquele continente (CORRÊA 1959) por ocasião do Ano Geofísico Internacional, com o objectivo de ali procurar vestígios da referida passagem. Foi, porém, no domínio da Paleontologia, directamente relacionado com a Arqueologia Pré-Histórica, que o Prof. Mendes Corrêa mais se distinguiu. A primeira obra de vulto, publicada em prestigiosa revista internacional (CORRÊA 1919a), sintetiza o conhecimento então existente sobre as características físicas dos portugueses actuais. Ali são apresentadas diversas conclusões que conformaram as principais linhas de força de toda a sua investigação paleoantropológica futura. Assim, no seu entender, a população dos concheiros de Muge integraria um grupo "of meridional origin, agreeing with the route of Tardenoisian civilization" (CORRÊA 1919a: 122); tais populações afastar-se-iam dos padrões dos modernos portugueses. As peculiaridades do tipo presente em Muge, predominantemente dolicocefalo, justificaram a designação de *Homo afer taganus*; os raros braquicefalos presentes encontrar-se-iam entre os exemplares mais antigos da Europa; muitos anos depois (CORRÊA 1951) reafirmou o essencial do que, em 1919, fazia já parte da sua doutrina. Na ocasião, reafirmou também a presença de uma minoria braquicefala, por si identificada na série do Museu dos Serviços Geológicos (CORRÊA 1917), mas que VALLOIS (1930) tinha posto em causa, atribuindo os respectivos crânios sobretudo a deformações pós-deposicionais. A presença de braquicefalos em Muge foi, porém, ulteriormente confirmada por ATAÍDE (1940) com base em crânio do Cabeço da Arruda oriundo das escavações de Mendes Corrêa e, mais tarde, por FEREMBACH (1974).



Figura 7

Corte estratigráfico da escavação da estação acheulense do Cabeço da Mina, Muge, com projecção das peças recolhidas (CORRÊA 1940: fig. 16).



Outro tópic fulcral da actividade paleoantropológica de Mendes Corrêa refere-se às investigações das características das populações neolíticas, nas quais admitiu situar as origens de população portuguesa actual: "We may conclude, on the whole, that during the neolithic age what is now Portuguese territory was inhabited by tribes of different anthropological origin [...]. But even if that population did not as yet constitute definite national aggregation, there can already be seen in it ethnic elements which took an important part in the anthropological composition of the actual population of the country" (CORRÊA 1919a: 126), rejeitando deste modo que tais raízes pudessem remontar às populações de Muge (CORRÊA 1917).

A ascendência directa da população portuguesa actual nos Lusitanos, que considerou povo de origem pré-céltica, foi outra das grandes linhas de força do pensamento paleoantropológico de Mendes Corrêa: "... among the historical natives of the territory the Lusitanians constituted the most important nucleus of future Portuguese population" (CORRÊA 1919a: 133-134), a qual, na actualidade, declarou ser uma das menos heterogêneas a nível europeu (p. 137). Com efeito, os seus estudos, como os de outros antropólogos contemporâneos, demonstraram que os portugueses são o povo da Europa com a cabeça mais comprida e os olhos mais escuros (RIBEIRO 1996: 713), distinguindo-se sobretudo as regiões interiores da Beira Alta e de Trás-os-Montes como as mais homogêneas.

A obra paleoantropológica de Mendes Corrêa evidencia a sua convicção na natureza muito antiga e específica da população portuguesa, conclusão que, harmonizando-se com diversos aspectos de ordem cultural, o levaram a admitir que já antes da fundação do Estado, Portugal constituía uma Nação (CORRÊA 1919b: 135). Esta tese, reafirmada recorrentemente (CORRÊA 1944), provocou polémica com Damião Peres, que só aceitava a existência de Portugal na perspectiva estritamente política a partir do século XII (PERES 1938). Ambas as teses não eram, porém, incompatíveis, ao contrário do que Damião Peres pretendeu: a convicção de Mendes Corrêa na existência de uma Nação muito anterior à fundação do Estado era de índole estritamente antropológica: Nação como conceito irmanando populações de características psicossomáticas, físicas e culturais afins. Ao mesmo tempo, dá preferência, na busca de paralelos para o Português actual, ao Norte de África, face à Europa além-Pirinéus. A percepção de que aquela posição poderia não ser do agrado de alguns seus contemporâneos, mais propensos a ligarem o Portugal dos anos 20 à Europa civilizada, é nítida: "Não se enfadem comigo os entusiastas propagandistas da raça portuguesa (não há, no rigor da expressão, uma raça portuguesa. Mas há um tipo antropológico português. Já o evidenciámos num dos capítulos anteriores). Dizendo que a massa principal da população portuguesa se filia no grupo antropológico que abrange espanhóis, marroquinos, argelinos, corsos, etc., não recuso individualidade à população portuguesa apesar das mestiçagens nela reconhecidas. Séculos de vida independente, em especiais condições geográficas, deram-nos direitos, psicologia especial, emia própria, e mesmo uma fâcies somática distinta. O povo português é antropológicamente dos menos heterogêneos da Europa, e é o mais dolicocefalo de todos — eis factos de há muito conhecidos, que não podem encarar-se com desprovido

significado" (CORRÊA, 1919b: 112). Mais adiante, e no reforço do que havia dito, declara (p. 134): "O que é indubitável é que alguns dos primeiros habitantes da Ibéria tinham uma origem meridional, crivelmente africana, sendo impressivas as relações entre o Capsiense do norte de África e algumas civilizações do paleolítico final e do preneolítico do sudoeste europeu". A afinidade das populações mesolítica portuguesa e norte-africana foi mantida em trabalhos ulteriores, e viu-se mesmo apoiada por outros abalizados antropólogos que identificaram nos crânios de Muge características negróides (HERVÉ, 1930) (fig. 9); estas, porém, eram apenas invocadas por Mendes Corrêa, a par de outras (australóides e pigmóides), assinalando a sua posição sistemática no bloco das raças equatoriais, por

oposição às boreais, a que pertenceria a de Cro-Magnon (CORREIA 1936, p. 15 da separata). Porém, no mesmo ano, as afinidades negróides assinaladas foram contestadas (VALLOIS 1930), tendo então o Homem de Muge sido relacionado com o paleolítico de Cro-Magnon. Só mais tarde, ao estudar cinco crânios da Moita do Sebastião, exumados nas escavações da década de 1950 de O. da Veiga Ferreira e J. Roche, Mendes Corrêa aceitou a possibilidade da população de Muge poder integrar-se na da raça mediterrânea actual e, por acréscimo, no seio dos modernos portugueses, sem deixar de salientar a necessidade de continuar a investigar o assunto (CORRÊA 1956).

Com efeito, os estudos que mais recentemente se fizeram sobre este assunto, são coerentes na atribuição ao conjunto antropológico de Muge de caracteres protomediterrâneos, onde os cromagnóides também ocorrem, ainda que de menor tamanho e mais gráceis que as formas clássicas do Paleolítico Superior francês; mestiços entre ambos os morfotipos, acompanhados de alguns alpinos, completam o quadro de Moita do Sebastião, o único concheiro até ao presente objecto de estudo antropológico monográfico (FEREMBACH 1974: 135).

Por outro lado, as pretensas analogias tipológicas das indústrias mesolíticas de Muge com suas equivalentes norte-africanas, tinham sido já antes postas em causa por M. Heleno, nos seguintes termos: "No estado actual da ciência não é portanto de aceitar a origem africana do grimaldense de Rio Maior. E porque ele é a base do tardenoisense de Muge (Ribatejo) onde se encontram as ossadas do Homo taganus, concluiremos finalmente que as recentes investigações não autorizam a origem africana desta industria, antes apoiam a filiação europeia dos nossos mais remotos antepassados" (HELENO 1948: 494). Esta conclusão, embora correcta, é forçada, atendendo aos argumentos aduzidos: com efeito, nada autorizava M. Heleno a estabelecer filiação directa das indústrias de mesolíticas de Muge nas suas antecessoras do Paleolítico Superior. A forma definitiva de M. Heleno recusar a con-



Figura 8

A Antárctica, como possível ponte de trânsito entre a Austrália e a América do Sul, segundo Mendes CORRÊA (1926b: fig. 46).



Figura 9

Capa de separata de G. Hervé (1930), intitulada *De l'Existence d'un Type Humain a Caractères Vraisemblablement Négroïdes, dans les Dépôts Mésoolithiques de la Vallée du Tago*, com dedicatória do Autor a Mendes Corrêa.

cepção de Mendes Corrêa é mais um indício do mal estar instalado desde o início da década de 1930 entre ambos, a que já se fez referência.

Mendes Corrêa ocupou-se da análise de restos humanos de épocas mais recentes, como os recolhidos por V. Correia na Anta 7 da Herdade da Caeira, que atribuiu a um único indivíduo, presumivelmente dolicocefalo (CORRÊA 1921). Mais tarde, procedeu ao estudo do espólio humano da Idade do Ferro da necrópole de incineração do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, escavada pouco tempo antes por V. Correia. Atendendo à natureza da necrópole, foram escassos os elementos antropológicos que conseguiu reunir; mesmo assim, tendo em conta a informação arqueológica obtida, segundo qual se trataria de uma população "indígena em contacto directo com os navegadores mediterrâneos", aceitou que (CORRÊA 1931: 84) "os documentos osteológicos aqui estudados não seriam, em qual, de verdadeiros indígenas ou revivências mais ou menos modificadas dos antigos capsenses peninsulares de origem africana mas antes de recém chegados estranhos, de mercantes, sobretudo púnicos, ou de escravos sacrificados, alguns dos quais não faltariam mesmo feições negróides (como o prognatismo), sendo duvidoso que se tratasse de verdadeiros tipos nigríticos, por não ter até agora aparecido ali a tendência dolicoide tão marcada em geral nestes tipos".

O último estudo de Mendes Corrêa dedicado a uma população pós-mesolítica, refere-se à caracterização do rico conjunto neolítico recolhido por Carlos Teixeira, seu antigo discípulo, nas grutas naturais Eira-Pedrinha (Condeixa-a-Nova). Admitiu uma população uniforme, predominando embora um "elemento de estatura inferior à mediana ou baixa [...], de crânio dolicocefalo, ou sub-dolicocefalo, com contorno ovóide, arcadas superciliares pouco salientes ou nulas, fronte vertical ou pouco inclinada, occipital pouco saliente [...], nariz mesorrínico [...]" (CORRÊA 1949: 35). Verificar-se-iam neste conjunto, segundo Mendes Corrêa, características diferentes das encontradas nas populações de Muge. Estes elementos vinham, no seu entender, confirmar a tese, já antiga, de que seria no Neolítico e não no Mesolítico que se encontraria "o substrato de que, com algumas modificações, por evolução ou influências doutros elementos, saiu a massa principal da população portuguesa de hoje" (CORRÊA 1949: 37).

Embora a primeira grande conclusão dos estudos antropológicos de Mendes Corrêa, a de que a população de Muge continha evidentes afinidades norte-africanas não viesse a ser ulteriormente confirmada, já as duas outras — a da origem pré-céltica dos Lusitanos, dos quais admitiu a descendência directa dos Portugueses; e as raízes antropológicas mais profundas destes nas populações que, no Neolítico, ocuparam o actual território português, parecem ter-se consolidado. Tais teses, porém, não eram novas nem originais: lembre-se que já Leite de Vasconcelos tinha aceite a filiação dos Portugueses nos Lusitanos, bem como a sua origem pré-céltica. Na actualidade, a generalidade dos autores, com algumas excepções, atribui aos Lusitanos — "que não seriam um populus, mas um conjunto de populi, aos quais os Romanos fizeram corresponder diversas civitates" (ALARCÃO 1992: 345) — origem indo-europeia pré-céltica.

Mendes Corrêa interessou-se também pelos autores clássicos, constituindo deste modo complemento para as conclusões dos estudos geográficos e antropológicos que empreendeu; a síntese apresentada em 1924 nos *Povos Primitivos de Lusitânia* é exemplo do cuidado dessa investigação. Por extensão, ocupou-se da evolução fonética de certas palavras ali referidas. A propósito de uma sua tentativa de recuar a época da mais antiga citação dos Lusitanos nas fontes clássicas (CORRÊA 1919b), declara, no discurso inaugural de abertura do I Congresso Nacional de Arqueologia, dedicado à memória de J. Leite de Vasconcelos, o seguinte (CORRÊA 1959: 23): "Não se inclui também Leite de Vasconcelos no nome dos investigadores que aceitaram a minha leitura de *Lusis* ou *Lucis* (até então interpretado *Ligus*) num verso de Festo Avieno como a mais antiga referência literária aos Lusitanos, susceptível de se considerar proveniente dum périplo do século VI antes de Cristo. Mas concordou com os autores que encontravam no tema lus- uma comunidade etimológica e porventura, de parentesco étnico entre Lusitanos e Lusões, os Lusones que no século IV antes de Cristo se encontram lutando contra Roma na Meseta, entre as tribos celibéricas da região". Autores recentes vieram porém em apoio de Mendes Corrêa. Entre estes, encontra-se DOMINGUEZ DE LA CONCHA, que a tal propósito declara (1995: 123-124): "La primera referencia a la situación geográfica de los Lusitanos nos la proporciona la Ora marítima de Avieno en su verso 196, quien se refiere al pernix *Ligus*". A edição *princeps* tem *lucis* que, segundo FERREIRA (1985: 48, nota 39), não faz sentido. Mendes Corrêa optou por *Lusis* (CORRÊA 1924: 84-88), no que é acompanhado por diversos autores, tanto espanhóis como portugueses; entre estes, conta-se ALMEIDA (1965: 30, 31; 1967: 61-63) optando, no entanto, por *Lysis* em vez de *Lusis*, por razões puramente métricas.

Mendes Corrêa situou as origens da cidade do Porto, de que arreigadamente se considera filho, na *cividade*, correspondendo-lhe uma das colinas do burgo portuense, a velha *Cale*; tal correspondência também mereceu reservas a Leite de Vasconcelos. A verdade, porém, é que vestígios arqueológicos da época romana, entretanto encontrados no casco antigo da cidade, são favoráveis a tal correspondência.

O fascínio pelas origens de Lisboa também não o deixou indiferente. No capítulo V do seu livro *Da Biologia à História* (Porto, 1934), ocupou-se da discussão das diversas teorias sobre as origens da cidade de Lisboa, com base nas fontes clássicas: defende Mendes Corrêa que o nome de *Olisipo* poderia ter derivado do antropónimo grego *Elasippos*, que significa literalmente "o que lança os cavalos na corrida" ou "o que guia os cavalos". Em resumo brilhante dessa tese, publicado na revista madrilena *Investigación y Progreso* (CORRÊA 1934a), observa que, sendo a derivação fonética possível, na opinião do helenista F. Torrinha, "una asociación de ideas se estableció en seguida en mi espíritu entre este hecho y los viejos textos en que se refiere la tradición concerniente a los caballos de la región de Lisboa que, por su velocidad, se decía que eran hijos del viento" (op. cit.: 225). Deixando bem claro o domínio que detinha das fontes literárias, acrescentou que, tanto o filólogo L. Valla, do século XV, como o cosmógrafo Mercator, do século seguinte, tinham relacionado o nome de Lisboa com

a antiga tradição da fecundação das éguas pelo vento e feito derivar o nome de Lisboa do grego *Olios-hippon*, que quereria dizer “*lugar aonde os cavalos se reinem*”. À mesma questão tornariam outros eminentes investigadores (ALMEIDA 1997). Foi portanto Mendes Corrêa o primeiro a admitir a existência do nome *Olisipo* nas fontes clássicas em época anterior ao século II ou I a. C., recuando-a para o século IV a. C. Faltava, porém, obter a confirmação arqueológica de tal hipótese, a qual foi por ele antecipada: “*En aquella época, evidentemente, existía ya un núcleo urbano en las orillas del estuario del Tajo [...]. El germen de Lisboa, la primitiva Lisboa, sería quizás un oppidum (castro o citania) situado, por ejemplo, en la cumbre del monte donde existe hoy el castillo de San Jorge*” (op. cit.: 224). Esta intuição é de destacar, se se considerar que, à época, Mendes Corrêa apenas poderia ter conhecimento de escassos materiais recolhidos por Vergílio Correia na “*crasta*” da Sé e, no sopé do morro respectivo, no subsolo da rua dos Douradores, só recentemente estudados e atribuídos ao século VI a. C. (CARDOSO e CARREIRA 1993, fig. 5).

Também a localização de Mórón o interessou: contrariando A. Schulten, que situava aquele importante centro urbano na minúscula ilha de Almourol, Mendes Corrêa concluiu, pela análise do texto estraboniano, que a hipótese mais plausível seria a de situar aquela cidade na zona das Portas do Sol, esporão sobranceiro ao Tejo em Santarém, enquanto a urbe romana, mais moderna corresponderia ao casco antigo da actual cidade (CORRÊA 1934b). Os trabalhos arqueológicos vieram a dar razão a Mendes Corrêa, apenas apoiado em fontes literárias, demonstrando a existência de uma importante povoação pré-romana nos jardins das Portas do Sol (ARRUDA 1993), ainda que a implantação da Mórón pré-romana se deva preferivelmente situar no planalto vizinho de Chões de Al-pompé (ver bibliografia sobre o assunto em DIOGO e FARIA 1985). Seja como for, os exemplos mencionados são expressivos da capacidade de Mendes Corrêa em articular informações de natureza e origens muito diversas, só possível pela sua erudição de humanista.

4. Mendes Corrêa, incentivador da investigação arqueológica em Portugal

A transbordante actividade científica de Mendes Corrêa encontrava-se aliada a um espírito afectivo, disponível, prático, o que explica o grande número de investigadores que o procuraram e nele encontraram protecção e apoio financeiro e institucional, de que careciam para os seus estudos. Aquele, nada pedia em troca, a não ser trabalho útil, atitude que era acompanhada por uma grande humildade científica. Alegrou-se, como se fossem seus, com os sucessos conseguidos pelos discípulos, sem nunca procurar retirar deles fáceis dividendos pessoais.

Citem-se, como exemplo, as publicações sobre materiais resultantes das escavações dos concheiros de Muge, apenas da autoria de R. de Serpa Pinto, embora a iniciativa e direcção das mesmas tenha sido sua. Na verdade, todo o prestígio por si alcançado se ficou exclusivamente a dever aos seus méritos e labor esforçado, muitas vezes isolado.

Prova dessa invulgar humildade científica, encontra-se espelhada no seguinte trecho (CORRÊA 1951b: 79): “*Em 1925 Rui de Serpa Pinto trouxera-me das praias de Âncora um calhau talhado de quartizite, que, receoso da proximidade da linha férrea do Minho, não identifiquei e apenas ficou guardado. Em 1928 a publicação pelo P. Jalhay do trabalho sobre o Asturiense da Galiza, leva Rui de Serpa Pinto a fazer a identificação daquela peça como um pico asturiense. E assim o jovem investigador que entra logo nas melhores relações de amizade e de intercâmbio científico com o P. Jalhay, pode anunciar ao mundo científico numa monografia modelar as suas notáveis descobertas, em Portugal, da cultura que o Conde de La Vega del Sella revelara anos antes nas Astúrias. Não oculto o júbilo que senti, embora a minha prudência de 1925 tivesse retardado três anos a feliz aquisição para a Ciência Arqueológica...*” Numa afirmação jamais desmentida no decurso da sua longa vida científica, declara (CORRÊA 1951b: 80): “*um dos traços que considero mais indispensáveis na personalidade do homem de ciência é o acolhimento, o estímulo, o auxílio, a simpatia para com os novos. Eu, que na minha vida, conheci alguns velhos, avarentos do saber e da glória, que ocultavam informações, documentos, livros, aos jovens que os procuravam [...], sinto ufania em, no meu restrito, modesto, campo de acção, ter seguido sempre caminho diverso. A consciência poderia acusar-me de ter estimulado e apoiado, por engano, quem não correspondesse à minha boa vontade. Nunca me acusará de ter intencionalmente fechado o caminho a um jovem*”.

Esta disposição do seu espírito torna-se indispensável a muitos arqueólogos que, trabalhando na região de Lisboa nas décadas de 1940 e 1950, não dispunham dos necessários apoios para o desenvolvimento das prospecções e escavações arqueológicas que pretendiam levar a cabo.

Um desses beneficiados foi Eduardo da Cunha Serrão. Como o próprio declara, as pioneiras escavações que dirigiu nos povoados pré-históricos de Olelas (Sintra) e de Parede (Cascais) só foram possíveis graças aos apoios do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, sediado no Porto e dirigido por Mendes Corrêa: “*já há alguns anos somos colaboradores dessa instituição científica e foi nessa qualidade que, desde 1952 até 1955 e mesmo em 1957, trabalhámos em Olelas. Portanto, a nossa presença [nas 1^{as} Jornadas Arqueológicas de Sintra] dignifica a presença do Centro de Estudos de Etnografia Peninsular que, por intermédio do seu Presidente, o Exmo Sr. Professor Mendes Corrêa, entregou o estudo da estação àqueles que há 15 anos a fizeram sair de um esquecimento merecido e nela localizaram jazidas de importância e monumentos*” (SERRÃO e VICENTE 1958: 87).

Também as intensas actividades arqueológicas desenvolvidas por aquele arqueólogo no concelho de Sesimbra, foram firmemente apoiadas pelo referido Centro de Estudos (SERRÃO 1959a: 337).

Ali, o auxílio prestado pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular ao arqueólogo sesimbrense consubstanciou-se em vasto programa de investigações, patrocinado por Mendes Corrêa e por este apresentado à Junta Nacional de Educação em 1956, cujos resultados em breve se revelaram de suma importância (SERRÃO 1959b).

Carta de Abel Viana a Mendes Corrêa

13 de Dezembro de 1949

"Meu Exm.º Amigo:

Rogo me desculpe o dactilografado. Tenho as mãos enregeladas. A minha caligrafia, normalmente má, sairia muito pior. Poupar-lhe-ei, assim, mais pesada maçada.

Por intermédio do Dr. Zbyszewski, tem o meu ilustre e bom Amigo conhecimento do que se está passando entre mim e o Dr. Heleno. O modesto artigo que remeti ao Dr. Zby e a exposição por mim dirigida ao Instituto para a Alta Cultura talvez esclareçam suficientemente o assunto, razão por que não desejo roubar-lhe tempo com repetições. No fundo, a questão é esta. O Dr. Heleno que, com raras intermitências, me tem olhado sempre com desconfiança, pretende, de um só golpe, atingir dois fins: apanhar para o Etnológico (para o mistério das suas gavetas e caixotes) algumas coisas das estações elvenses e eliminar-me da actividade arqueológica. É evidente que não conseguirá por completo os dois intentos. O material não irá para as mãos dele. A maneira desleal e incorrecta como tratou o Dias de Deus e a fúria com que pretende visar-me obrigam-nos a dar ao material já obtido outro destino, sem prejuízo do património arqueológico nacional. Obrigar-me a abandonar a actividade arqueológica não será fácil, porque eu já não sei fazer outra coisa... O que ele já conseguiu, porém, foi incomodar-me deveras, e obrigar-me ao desgosto de tomar uma atitude da qual sempre me defendi durante vinte e cinco anos! Ora desconfiava de mim e via-me com maus olhos, porque eu «era do Dr. Mendes Corrêa» ora porque eu «era do Rev. Jalhay», ora porque eu era «dos Ar-

queólogos», em suma, um nunca acabar de suspeitas. Quanto ao meu Exm.º Amigo, bem sabe como, infelizmente para mim, têm sido muito longe de estreitas, ou frequentes, as nossas relações. Relativamente aos mais, o meu cuidado em não querer tomar partido — só por não querer contribuir para agravamento de dissídios, porquanto nunca deixei de fazer o meu juízo — tem sido tal, que ainda hoje mesmo, recebendo um postal do Afonso do Paço, este me diz não querer ir para os lados de Montemor, a fim de evitar conflitos com os «meus amigos» — isto é, com o meu «grande amigo» Dr. Heleno! A injustiça de tais confusões define bem a acção nefasta do Dr. Heleno, na arqueologia e nas relações entre arqueólogos ou simples auxiliares de arqueólogos. Sempre que ofereci qualquer coisa a museu que não fosse o Etnológico, breve lhe sentia os efeitos. Ultimamente, a minha remessa de ossadas para o Porto, e muito principalmente a entrega do paleolítico do Minho, do Algarve e do Baixo Alentejo aos Serviços Geológicos exasperaram-no. Sentiu-o logo. Tratava-me, nas cartas, por «prezado amigo» e passou a dar-me «Excelência»... Ainda o ano passado lhe mandei dois caixotes com material paleolítico do Minho. Não me agradeceu. Por diligências minhas, encaminhei-lhe para o Etnológico uma lápide árabe, de Serpa. Ficou a vila contra mim, e terei que experimentar-lhe os efeitos quando lá tornar; mas nem a Subsecção da Junta, nem ele, Heleno, a quem também escrevera particularmente, me comunicaram nada. Jamais esquecerei a violenta atitude que o Falcão Machado tomou para comigo em Faro, por ter suspeitado de que as explorações que eu então ali

realizava se destinavam a canalizar material para o Etnológico, e não para o museu daquela cidade. Foi a câmara, por sinal, quem custeou as escavações. Em suma, tenho sofrido sempre, mais ou menos, as consequências das minhas correctas relações com o Dr. Heleno. É este, agora, quem me força a tomar atitude diferente. Ataca-me, maldosamente, velhacamente. Mente! Em Elvas não há destruições que me possam ser atribuídas. E no fim de contas o Dias de Deus foi o revelador e o salvador daquilo tudo. O papel de um orientador da arqueologia nacional não é esse, de proibir a actividade dos outros, de insultar os outros. De caminhar, vai lançando mão ao trabalho alheio, sob capa de defender o património arqueológico nacional — que, pelo visto, só está bem protegido mas misteriosas gavetas e caixotes com que ele o aferrolha, negado ao estudo e ao serviço da cultura nacional. Continuarei a trabalhar com o Dias de Deus. Sofri em Elvas grandes fadigas e calores inclementes, a ajuntar às incontáveis estafas que tenho apanhado no estudo da arqueologia. Fiz grandes despesas, que só me foram possíveis mediante o auxílio do Instituto para a Alta Cultura. Agradará ao Dr. Heleno que este me seja retirado — para que eu não continue a proteger os «vândalos». Rogo ao meu Exm.º Amigo me ampare perante esta insólita investida. Breve lhe enviarei outra exposição, a qual não respeita directamente ao Dr. Heleno. Se merecer atenção, fará dela o que entender. Perdoe-me a estopada que lhe dou. Cria-me seu muito dedicado e grato admirador,

Abel Viana"

J. Camarate França foi também beneficiário dos apoios concedidos por aquele Centro, que o recebeu como colaborador: as prospecções arqueológicas que empreendeu na região de Lisboa, por vezes na companhia de O. da Veiga Ferreira e de G. Zbyszewski, ou mesmo as escavações então efectuadas, como a do notável depósito calcolítico de Samarra (FRANÇA e FERREIRA 1958) são disso prova. Os apoios a grupo tão numeroso quanto heterogêneo tinham uma explicação: por muitos anos foi Mendes Corrêa Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, onde convergiam E. da Cunha Serrão, E. Prescott Vicente e J. Camarate França; por seu turno, O. da Veiga Ferreira desempenhou funções de seu secretário particular, acompanhando todos os assuntos em curso na capital.

De todas as investigações arqueológicas promovidas pelo referido Centro, as mais importantes foram as efectuadas nos concheiros de Muge (Moita do Sebastião e Cabeço de Amoreira e Cabeço da Arruda), por Jean Roche e O. da Veiga Ferreira, na sequência das que Mendes Corrêa ali dirigiu na dé-

cada de 1930 (figs. 10, 11 e 12). De tais apoios nos falam diversas cartas da correspondência deste último (CARDOSO 1993-1994) e, sobretudo, a publicação de importantes monografias (ROCHE 1951, 1960; FERREIRA 1974), além de numerosos artigos científicos.

Mendes Corrêa revia em O. da Veiga Ferreira qualidades de empenho, dedicação e probidade científica e sobretudo uma grande paixão pela Arqueologia que eram bastantes para nele firmemente acreditar. Os apoios financeiros estenderam-se, no final da década de 1950, à sua permanência em Idanha-a-Velha, onde, de colaboração com Fernando de Almeida, procedeu a vastas explorações na cidade romano-visigótica da *Egitania*, o primeiro projecto plurianual realizado em Portugal no âmbito da Arqueologia Urbana. Este último é bem claro quanto ao apoio recebido do referido Centro (ALMEIDA 1956: 9): "Não foi possível subsidiar os trabalhos para que requerêramos auxílio pecuniário. Felizmente, o Prof. Mendes Corrêa, que já conhecia Idanha-a-Velha, quis lá voltar [...].

Da visita, pormenorizada, resultou um subsídio concedido por aquele ilustre Professor através do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular”.

Abel Viana (fig. 13) foi outro ilustre arqueólogo que recorreu, em situação crítica, ao apoio de Mendes Corrêa; para se compreender as condições que obrigaram o arqueólogo de Beja a solicitar esta ajuda amiga, transcreve-se uma carta que endereçou a Mendes, e que constitui expressivo documento, escrito em folha A-4 lisa, com timbre do Centro de Estudos do Baixo Alentejo - Beja, datada de 13/12/1949 (ver caixa).

A razão essencial deste pedido de ajuda resulta de disidência com origem nas explorações arqueológicas efectuadas por Abel Viana e A. Dias de Deus na região de Elvas, com destaque para as necrópoles de incineração da Idade do Ferro descobertas pelo último (VIANA e DEUS 1951, 1958). Dos conflitos então gerados com M. Heleno, nos dá Abel Viana expressivo relato, em folheto publicado em memória do seu malogrado companheiro (VIANA 1956). M. Heleno, ciente da primordial importância das necrópoles em causa, procurou assenhorear-se da respectiva exploração, com prejuízo dos que ali tinham a prioridade, ainda que nada mais tivesse feito no terreno, nem publicado, a não ser o seu próprio parecer, no qual se pode ler o seguinte (HELENO 1951: 94): “Pelo que temos dito, podemos concluir que se torna necessária a intervenção da 2ª Sub-secção da 6ª Secção [da Junta Nacional da Educação], no sentido de imprimir orientação científica às investigações a realizar nas estações descritas e evitar a destruição do que ficou e a perda dos espólios”. Em nota infrapaginal, acrescenta que “a insinuação que se fez numa revista estrangeira de ter o Director do Museu Etnológico sugerido a entrega a este do estudo das estações dos arredores de Vila Fernando não passa, como se vê, duma insídia”.

A verdade, porém foi outra: a Junta Nacional da Educação conferiu de facto a responsabilidade da continuação das



Figura 10

Mendes Corrêa, em pé, observando O. da Veiga Ferreira, à direita, ocupada na escavação de uma sepultura do concheiro de Moita do Sebastião. À esquerda, sentado, Jean Roche (foto de 14/6/1952, cujo negativo se conserva no espólio de O. da Veiga Ferreira).

investigações ao Museu Etnológico, o que obrigou à suspensão das explorações desenvolvidas por A. Dias de Deus e A. Viana, sem que, porém a ninguém tivesse aproveitado aquela decisão, muito menos à Arqueologia, situação de que os visados tinham plena consciência: “Hacemos votos para que excavaciones de mayor envergadura se practiquen a tiempo de evitar los daños o destrucciones naturalmente ocasionados por el creciente empleo de poderosas maquinas de labor (VIANA e DEUS 1951: 91-92). Como se disse, as escavações não tiveram continuidade, perdendo-se o muito que ainda haveria conservado no solo. Este episódio vem confirmar inteiramente o estranho empenho de Manuel Heleno em dificultar o

trabalho científico alheio, aliás realidade que transparece em outros contextos e protagonistas, registada em correspondência da época (cf. CARDOSO 1993-1994). Este Professor Catedrático de Arqueologia da Faculdade de Letras, que, por preceito legal era, em acumulação, Director do Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcellos, então estabelecimento anexo à referida Faculdade, foi um dos discípulos dilectos do Mestre de quem o Museu ostentava o nome. O seu desempenho, porém, não esteve à altura daquele, segundo opinião de alguns de seus pares, como Orlando Ribeiro, o qual declara, na “Prefação” do último volume (o X) da *Etnografia Portuguesa*, obra póstuma do Mestre, o seguinte: “Aos seus testamentários competia levá-la por diante. Nisso lhe foram relativamente adversos os factos. Silva Correia, Abílio Rosei-



Figura 11

Desenho de dois esqueletos do concheiro do Cabeço da Amoreira, da autoria de O. da Veiga Ferreira (caderno de campo, 14/2/1962).

Figura 12

Duas páginas de caderno de campo de O. da Veiga Ferreira, datadas de 21 a 24/4/1953, relativas à escavação em Moita do Sebastião (Muge).

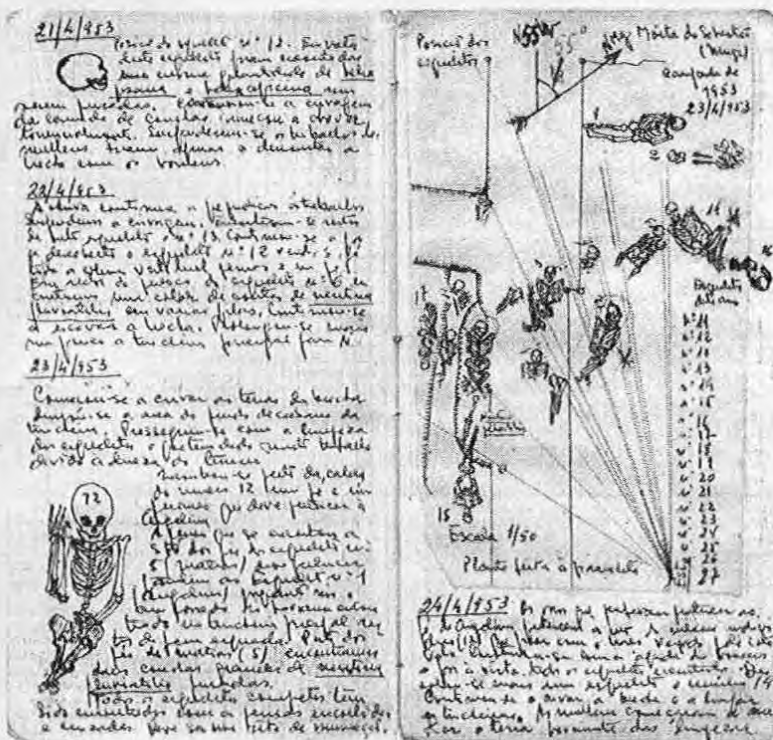


Figura 13

Abel Viana, fotografado nos finais da década de 1950 ou inícios da seguinte (arquivo do Doutor O. da Veiga Ferreira).



ra, Cláudio Basto morriam prematuramente; fiquei eu e Manuel Heleno. Não houve, porém, meio de contar com a ajuda deste último, que incompreensível e estranhamente sempre foi obstáculo a que se cumprisse a vontade do Mestre” (RIBEIRO 1988: VI). Já no volume anterior, Orlando Ribeiro se refere a Manuel Heleno como “o mais lamentável aluno de Leite de Vasconcellos, que teve como escopo apoucar o esforço do Mestre e, durante quase duas dezenas de anos, impedir a publicação das obras em que, como testamenteiro, lhe cabia a parte principal de execução. Por estranho que pareça, há pessoas de tal modo negativas que, só por desaparecerem, podem fazer ressurgir o sector da ciência a que entravam a marcha” (RIBEIRO 1985: XII).

O que ficou dito não contraria, porém, a notável actividade arqueológica de terreno de M. Heleno: esta encontra-se bem demonstrada em artigo que muitos, injustamente e de forma superficial e precipitada, consideram auto-panegírico (HELENO 1956); não é, porém, assim: nas escassas páginas que o constituem, encontra-se o mais extraordinário repositório de descobertas e considerações originais de índole arqueológica que até ao presente e em Portugal se devem a um só arqueólogo, trabalhando deliberadamente isolado. Os seus cadernos de campo, em boa hora adquiridos à Família por particular e por este vendidos ao Estado, constituem, outrossim, a prova do seu empenho e dedicação à Arqueologia, consubstanciada por décadas de escavações em estações arqueológicas de quase todos os períodos e, sem excepção, da mais alta importância científica, cuja descoberta e exploração se lhe ficou a dever. Este elementar acto de justiça, que constitui posição quase isolada — com a honrosa excepção de Manuel Fařinha dos Santos, seu discípulo e fiel colaborador (SANTOS 1987) —, era devido a M. Heleno, sobretudo depois da “descoberta” dos seus cadernos de campo, diminuído de forma pertinaz por quem não tem autoridade científica para o fazer.

Quanto a Abel Viana, o recurso a Mendes Corrêa teve desenvolvimentos positivos: aquele prontamente deu andamento à questão, como se depreende do conteúdo da carta que O. da Veiga Ferreira, na qualidade de secretário particular daquele e em seu nome, endereçou a Abel Viana (folha A4 lisa, não datada, decerto do final de Dezembro de 1949):

“Meu caro Prof. Abel Viana! Saúde! Falei hoje com o Prof. Mendes Corrêa que lhe manda um abraço e que lhe pede o seguinte: em virtude de na última reunião da Junta o [...] do Heleno o ter novamente atacado sobre as escavações do Dias de Deus e suas, o Prof. Mendes Corrêa conseguiu suspender algumas resoluções estúpidas que haviam sido propostas por esse pateta até à próxima reunião da Junta que será em 16 de Janeiro do ano que vem. Para que a derrota desse [...] seja total, no que diz respeito às ambições desmedidas que ele alimenta sobre o que o amigo descobre assim como o Dias de Deus, é necessário que se assentem daqui para o futuro algumas precauções: § 1º - O Prof. Mendes Corrêa considerou-o

como trabalhando no Centro de Estudos da sua presidência. § 2º - É necessário que o Prof. Abel Viana mande uma carta contando o que tem feito como escavações procurando justificar o motivo das mesmas. § 3º - De futuro deverá comunicar, sempre que apareça alguma coisa, ao Prof. Mendes Corrêa de modo a estar sempre ao corrente do que vai fazendo ou aparecendo. § 4º - Uma vez feita a comunicação o Prof. tomará, perante a Junta, a respectiva responsabilidade, porém, só o poderá fazer estando bem documentado para resistir aos ataques do [...]. § Não esqueça pois estes pormenores e mande quanto antes a carta em que conte o que tem feito ultimamente como escavações. É necessário que o Prof. Mendes Corrêa esteja sempre bem ao facto de tudo para o poder defender. No próximo ano quando vier a Lisboa vamos conversar longamente com o Prof. Mendes Corrêa e assentar em todos os pormenores possíveis para contrariar essa [...]. Fique tranquilo porque os seus verdadeiros amigos nunca o abandonarão. Cumprimentos a todos com um abraço do sempre amigo § Veiga Ferreira”.

Esta missiva é importante por concretizar a estratégia de Mendes Corrêa no concernente ao apoio que se dispunha a proporcionar a Abel Viana e, por extensão, a todos aqueles que o requeeressem, no âmbito do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

5. Conclusão

Das polémicas mantidas por Mendes Corrêa com Manuel Heleno, José Coelho ou H. Vallois, esta última abalando definitivamente a credibilidade do seu *Homo afer taganus*, ou com Damião Peres, acerca da antiguidade e individualidade do Povo Português resultaram, sempre, escritos vigorosos e claros, onde transparecia um espírito forte e corajoso.

Afirmando-se, essencialmente, como especialista do Homem, nas duas vertentes que considerava indissociáveis, a física e a cultural, cultivou, de forma conseqüente e em simultâneo, várias áreas científicas, abordando questões complexas de modo que hoje diríamos transdisciplinar, do foro da Geografia, da História, da Arqueologia, da Etnografia, da Paleo-Antropologia. O sucesso desta maneira de ser e de estar só foi possível pela sua vasta cultura humanística, servida por um espírito eminentemente científico: este aspecto fundamental da sua actividade constitui forte traço de união a outro médico, formado, como ele, pela Escola Médico-Cirúrgica do

Porto, o Doutor Leite de Vasconcellos. Tal como neste, a Arqueologia aparece como um domínio onde se cruzavam saberes de origens muito diversas, constituindo, em ambos, área privilegiada de aplicação das notáveis erudição e capacidades intelectuais de excepção. A morte prematura em 1933 de Rui Serpa Pinto, que foi seu discípulo dilecto, tê-lo-á deixado algo desamparado e desmotivado para o prosseguimento dos estudos arqueológicos de terreno. Na actividade de Mendes Corrêa passaram a pesar, cada vez mais, questões de carácter administrativo, nas quais pôs todo o seu talento como organizador e motivador de vocações, na qualidade de Professor, que nunca deixou de ser, alicerçado num peso político/institucional cada vez maior.

A forte participação de Mendes Corrêa na organização do XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, que decorreu em Portugal de 21 a 28 de Setembro de 1930, sucedeu-se, em 1940, a presidência do Congresso de Pré e Proto-História, o primeiro de uma série organizada naquele ano sob a designação de Congresso do Mundo Português, comemorativo do duplo centenário da Fundação e da Restauração da Nacionalidade. Este Congresso, que na verdade correspondeu ao I Congresso Nacional de Arqueologia, fez-se sob forte pendor nacionalista, perfilhado por Mendes Corrêa como Homem do seu tempo, expresso nos seus escritos sobre as origens do Povo Português, os quais, porém sempre procurou basear em argumentos científicos.

Os sucessos das empresas em que se envolveu e patrocinou reverteram, frequentemente, a favor de terceiros, nisso se consubstanciando o que entendia como sua obrigação estrita: o expressivo volume de Homenagem organizado em 1959 pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, instituições de que foi fundador e Presidente é disso prova. Foram inúmeros os colegas e discípulos que nele quiseram colaborar, de Portugal e do estrangeiro, destacando-se entre estes últimos eminentes arqueólogos como H. Breuil, F. Bouza-Brey, J. Maluquer de Motes, J. M. Blázquez, P. Bosh-Gimpera, J. Desmond Clark, A. Garcia y Bellido, J. Roche e R. Dart. Na sessão de homenagem que lhe prestou em 1957 a Sociedade de Geografia, de que foi por largos anos Presidente, afirmou (TEIXEIRA 1964: 22):

"Reconheço que tenho procurado ser mais útil aos outros do que a mim, que me tenho norteado sempre por normas de boa fé, de sinceridade, de probidade que não têm, aliás, nada de notável, pois as julgo atributos indispensáveis de todo o homem consciente e digno da nossa posição na escala dos seres vivos". Tais declarações só reforçam o alto perfil moral de Mendes Corrêa, que jamais desmereceu do científico.

Na procura afinçada das origens do Povo Português, explorou as vias susceptíveis de suportar a sua tese mais querida, defendida até aos derradeiros trabalhos (CORRÊA 1959: 26): são suas as palavras com que termina este trabalho, proferidas no discurso inaugural do Congresso do Mundo Português - Congresso de Pré e Proto-História (CORRÊA 1944: 148-149); elas constituem a síntese de todo o seu pensamento científico, humanista de raiz naturalista, servido por prosa quente e empenhada como, afinal, foi toda a sua vida: *"Os seres vivos têm uma embriologia. Uma Nação, ser vivo, tem uma ontogénese, indubitavelmente longa, complexa e obscura, mas real e necessária. Não há nascimento sem germe e sem um condicionamento apropriado do desenvolvimento. O germe do povo português não surgiu apenas há oito séculos; é multimilenário, como multimilenário é o seio materno que gerou e agasalhou, esta terra bendita e formosa de Portugal"*.



Agradecimentos

- Ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, que apoiou com interesse o autor na árdua tarefa de reunir elementos para a redacção deste trabalho.
 À Dr.ª Seomara da Veiga Ferreira, que confiou ao Autor o estudo do espólio de seu Pai, autorizando-o a publicar documentos relevantes.
 À Presidência da Academia das Ciências de Lisboa pela autorização concedida na consulta do Processo Académico do Prof. Mendes Corrêa, ali conservado.
 À Chefe da Secretaria da Academia Portuguesa da História, Senhora D. Isabel Mota Oliveira pela gentileza e simpatia com que ajudou o autor nas pesquisas efectuadas no Arquivo daquela Academia.
 Ao Dr. Jorge Raposo, do Centro de Arqueologia de Almada, pela paciência e interesse com que aguardou a conclusão deste modesto mas mioso trabalho, extensivo aos membros daquele Centro que, de boa vontade, colaboraram na dactilografia do original.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1992) — "Etnogeografia da Fachada Atlântica Ocidental da Península Ibérica". *Complutum*. Madrid. 2-3: 339-345.
 ALMAGRO, M. (1952) — "La Invasión Céltica. Los campos de urnas de España". In MENÉNDEZ PIDAL, R. (dir.). *Historia de España*. Madrid. I (2), pp. 221-222.
 ALMEIDA, F. de (1956) — "Notas Sobre as Primeiras Escavações em Idanha-a-Velha". *Actas XXIII Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1956)*. 8, pp. 9-14.
 ALMEIDA, J. Mendes de (1965) — "Reflexões em Torno de Avieno e do Poema *Ora Maritima*". *Bol. Soc. Geografia de Lisboa*. S. 83. 1-3 e 4-6: 25-34.
 ALMEIDA, J. Mendes de (1967) — "*A Orla Marítima Portuguesa num Texto do Séc. VI Antes de Cristo*". *Bol. Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*. Sesimbra. 4: 61-68.
 ALMEIDA, J. Mendes de (1997) — "*Olisipo I / Lisboa, a Cidade Dita de Ulisses*". *Olisipo*. Lisboa. S. II, 5: 13-14.
 ARNAUD, J. M. (1987) — "Os Concheiros Mesolíticos dos Vales do Tejo e Sado: semelhanças e diferenças". *Arqueologia*. Porto. 15: 53-64.
 ARRUDA, A. M. (1993) — "A Ocupação da Idade do Ferro da Alcaçova de Santarém no Contexto da Expansão Fenícia para a Fachada Atlântica Peninsular". *Estudos Orientais*. Lisboa. 4: 193-214.
 ATAÍDE, A. (1940) — "Novos Esqueletos Humanos dos Concheiros Mesolíticos de Muge". *Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (Congresso do Mundo Português, I Congresso)*, pp. 627-651.
 CARDOSO, J. L. (1993-1994) — "A Arqueologia Portuguesa do Pós-Guerra Vista pela Correspondência de O. da Veiga Ferreira a Abel Viana". *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 11-12: 291-338.
 CARDOSO, J. L. e CARREIRA, J. R. (1993) — "Le Bronze Final et le Début de l'Âge du Fer dans la Région Riveraine de l'Estuaire de Tage". *Méditerranée*. Lisboa. 2: 193-206.
 COELHO, J. (1924) — *Estudos Pré-históricos. II. Policromia megalítica*. Viseu: Tipografia Popular.
 COELHO, J. (1942) — *Etnologia Regional. II. Património Etnológico da Beira*. Viseu: edição do autor.
 Coelho, L. (1972) — "Breve Nota Sobre a Epigrafia duma Pequena Placa de Xisto Goda, Proveniente de Plasencia (Espanha), Hoje no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia". *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. III, 6: 275-280.
 CORRÊA, A. A. M. (1916) — "Sobre Alguns Objectos Protoistóricos e Lusitano-Romanos Especialmente de Alpiarça e Silvã". *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21: 331-337.

- CORRÊA, A. A. M. (1917) — "Novos Subsídios Para a Antropologia Portuguesa". In *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias. Congreso de Sevilla*. Madrid, pp. 142-150.
- CORRÊA, A. A. M. (1919a) — "Origins of the Portuguese". *American Journal of Physical Anthropology*. 2 (2): 117-145.
- CORRÊA, A. A. M. (1919b) — *Raça e Nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.
- CORRÊA, A. A. M. (1921) — "Examen de los Huesos Encontrados en el Anta 7ª de la Heredad de la Caeira". In CORREIA, V. *El Neolítico de Pavia. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas*. 27: 119-113.
- CORRÊA, A. A. M. (1924) — *Os Povos Primitivos da Lusitania*. Porto: Figueirinhas.
- CORRÊA, A. A. M. (1925-1926) — "As Pinturas do Dólmen do Padrão (Vandoma)". *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 27: 128-136.
- CORRÊA, A. A. M. (1925a) — *A Antropologia nas Suas Relações com a Arte*. Porto: Renascença Portuguesa.
- CORRÊA, A. A. M. (1925b) — "O Significado Genealógico do *Australopithecus* e do Crânio de Tabgha e o Arco Antropofílico Índico". *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 2(3): 249-286.
- CORRÊA, A. A. M. (1926a) — "O Homem Terciário em Portugal". *Lusitania- revista de estudos portugueses*. Lisboa. 3(9) (separata).
- CORRÊA, A. A. M. (1926b) — *Homo (os modernos estudos sobre a origem do Homem)*. 2ª edição. Coimbra: Atlântida.
- CORRÊA, A. A. M. (1928a) — "A Lusitânia Pré-Romana". In PERES, Damião. *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora. I, pp. 79-214.
- CORRÊA, A. A. M. (1928b) — "Sur Une Inscription Proto-Iberique d'Alvão". *Trabalhos da SPAE*. Porto. 3(4): 299-310.
- CORRÊA, A. A. M. (1928c) — "L'Authenticité d'Alvão: réponse à M. Dussaud". *Trabalhos da SPAE*. Porto. 4(1) (separata).
- CORRÊA, A. A. M. (1928d) — "Nouveaux Documents sur l'Art Préhistorique en Portugal". *Revue Anthropologique*. Paris. 38^e année (4-6): 169-176.
- CORRÊA, A. A. M. (1928e) — "Nouvelles Recherches sur l'Homme Tertiaire en Portugal". *Actas da 3ª Sessão do Instituto Internacional de Antropologia (Amsterdão, 1927)*. Paris: Nourry (separata).
- CORRÊA, A. A. M. (1929a) — *A Geografia da Pré-história*. Porto: Inst. de Antropologia da Fac. de Ciências da Universidade do Porto.
- CORRÊA, A. A. M. (1929b) — *Geologia e Antropologia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional (edição da Exposição Portuguesa em Sevilla).
- CORRÊA, A. A. M. (1930) — "Relatório da Secção de Arqueologia Pré-Histórica (1929-1930)". *Arqueologia e História*. Lisboa. 9: 141-145.
- CORRÊA, A. A. M. (1931) — "Contribuição Para a Antropologia da Idade do Ferro em Portugal". *Trabalhos da SPAE*. Porto. 5(1): 61-88.
- CORRÊA, A. A. M. (1933-1935) — "Umenfelder de Alpiarça". *Anuario de Prehistoria Madrileña*. Madrid. 4-7: 133-137 (ed. de 1936).
- CORRÊA, A. A. M. (1933a) — "A Posição Sistemática do Esqueleto de Combe-Capelle". *Trabalhos da SPAE*. Porto. 6(2): 105-140.
- CORRÊA, A. A. M. (1933b) — "No Centenário de Martins Sarmento". *Integralismo Lusitano*. Lisboa. 2(1): 11-11; 2(2): 96-107.
- CORRÊA, A. A. M. (1933c) — "Les Peintures Mégalithiques de Cota (Beira Alta). Lettre à Monsieur le Prof. H. Breuil". *Trabalhos da SPAE*. Porto. 6(2): 157-161.
- CORRÊA, A. A. M. (1933d) — "Les Inscriptions de Parcela, Alvão e Lerilla". *C. R. XV Congrès International d'Anthropologie & d'Archéologie Préhistorique (Paris, 1931)*. Paris: Nourry (separata).
- CORRÊA, A. A. M. (1933e) — "Les Nouvelles Fouilles à Muge (Portugal)". *C. R. XV Congrès International d'Anthropologie & d'Archéologie Préhistorique (Paris, 1931)*. Paris: Nourry (separata).
- CORRÊA, A. A. M. (1934a) — "La Atlântida y los Orígenes de Lisboa". *Investigacion y Progreso*. Madrid. Año VIII, 7-8: 221-225.
- CORRÊA, A. A. M. (1934b) — "Moron". *Trabalhos da SPAE*. Porto. 6(3): 251-257.
- CORRÊA, A. A. M. (1935) — "A Teologia e a Origem do Homem". *Trabalhos da SPAE*. Porto. 7(1): 54-61; 7(2/3): 164-175.
- CORRÊA, A. A. M. (1936) — "A Propósito do *Homo Tapanus*. Africanos em Portugal". *Bol. da Junta Geral do Distrito de Santarém* (separata).
- CORRÊA, A. A. M. (1938) — "Arqueologia e Biologia". *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. 4: 245-261.
- CORRÊA, A. A. M. (1940) — "Novas Estações Líticas em Muge". *Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História (I Congresso)*. Congresso do Mundo Português. Lisboa. 1: 113-127.
- CORRÊA, A. A. M. (1944) — "Raízes de Portugal". 2ª ed. da *Revista Ocidente*. Lisboa.
- CORRÊA, A. A. M. (1947) — "Histoire des Recherches Préhistoriques en Portugal". *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11(1/2): 115-170.
- CORRÊA, A. A. M. (1949) — "Notas Sobre o Espólio Antropológico da Eira Pedrinha". In CORRÊA, A. M. e TEIXEIRA, C. *A Jacida Pré-Histórica da Eira Pedrinha (Condeixa)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, pp. 29-64.
- CORRÊA, A. A. M. (1951a) — "Avant-Propos". In ROCHE, J. *L'Industrie Préhistorique du Cabeço d'Amoreira (Muge)*. Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- CORRÊA, A. A. M. (1951b) — "Reverendo Pe. Eugénio Jalhay, S. J.". *Arqueologia e História*. Lisboa. S. VIII, 5: 67-82.
- CORRÊA, A. A. M. (1956) — "Notice Preliminaire Sur les Squelettes Préhistoriques de Moita de Sebastião (Muge)". *Crónica IV Congresso Internacional de Ciências Prehistóricas y Protohistóricas (Madrid, 1954)*. Zaragoza: 133-139.
- CORRÊA, A. A. M. (1959) — "Leite de Vasconcelos Fautor da Consciência Nacional". *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Lisboa. 1: 15-26.
- CORRÊA, A. A. Mendes (1915) — "Contribuição Para o Estudo Antropológico da População da Beira Alta". *Anuaes da Academia Polytechnica do Porto*. Coimbra. 10 (separata).
- COSTA, M. Alves (1932) — "Secção de Arqueologia Pré-Histórica". *Arqueologia e História*. Lisboa. 10: 170-172.
- DIOGO, A. M. Dias e FARIA, A. J. (1985) — "Moedas Romanas Provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém)". *Arqueologia*. Porto. 11: 120-122.
- DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, A. (1995) — "Areas Onomásticas en el S.O. Peninsular". In M. RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO (ed.). *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final europeo. Complutum Extra*. Madrid. 5: 115-128.
- FEREMBACH, D. (1974) — *Le Gisement Mésolithique de Moita do Sebastião, Muge, Portugal. II. Anthropologie*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- FERRERA, J. Ribeiro (1985) — *Orla Marítima*. Avieno. Lisboa: INIC.
- FRANÇA, J. Camarate e FERREIRA, O. da Veiga (1958) — "Estação Pré-Histórica da Samarra (Sintra)". *Comunic. Serv. Geol. Portugal*. Lisboa. 39: 61-86.
- HELENO, M. (1935) — "Jóias Pré-Romanas". *Ethnos*. Lisboa. 1: 229-257.
- HELENO, M. (1948) — *O Problema Capsense. Contribuição portuguesa para a sua revisão*. Lisboa: edição do autor (versão diferente da publicada em *Ethnos*, 3: 493-494).
- HELENO, M. (1956) — "Um Quarto de Século de Investigação Arqueológica". *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. II, 3: 221-237.
- HERVÉ, G. (1930) — "De l'Existence d'un Type Humain a Caractères Vraisemblablement Négroïdes, Dans les Dépôts Coquilliers Mésolithiques de la Vallée du Tage (lettre à M. le Professeur A. A. Mendes Corrêa)". *Revue Anthropologique*. Paris. 40^e année. 10-12 (separata).
- KALB, P. e HOCK, M. (1980) — "Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito Santarém). Vorerbericht über die Grabung im Januar und Februar 1979". *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 21: 91-104.
- LAUTENSACH, H. (1996) — "Geografia da População". In *Geografia de Portugal*. 3. *O Povo Português*. 2ª edição. Lisboa: Sá da Costa, pp. 705-729.
- MONTEIRO, E. (1959) — "Professor A. A. Mendes Corrêa". *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (vol. de homenagem ao Prof. Doutor Mendes Corrêa). Porto. 17(1-4): 5-8.
- N/A (1931) — "O XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica". *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 5(1): 5-35.
- PERES, D. (1938) — *Portugal Ex Animum Portugal Ex Nihilum! do Prof. Mendes Corrêa*. Barcelos: edição do autor.
- PINTO, R. de Serpa (1929) — *Bibliografia do Professor Mendes Corrêa (1909-1928)*. Porto: Instituto de Antropologia da Fac. de Ciências da Universidade do Porto.
- PINTO, R. de Serpa (1932) — "Notas Sobre a Indústria Microlítica do Cabeço da Amoreira (Muge)". *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1932)*. Madrid. 5: 49-54.
- PINTO, R. de Serpa (1933/1934) — "Sur la Taille du Silex à Muge (Portugal)". *10^e Congrès Préhistorique de France (Nîmes, 1931)*. Paris: Société Préhistorique Française, pp. 219-222.
- Processo Individual, António Augusto Mendes Corrêa*, Academia das Ciências de Lisboa, Arquivo de Académicos. Lisboa.
- Processo Individual, António Augusto Mendes Corrêa*, Academia Portuguesa da História, Arquivo de Académicos. Lisboa.
- RIBEIRO, O. (1985) — "Prefação ao vol. IX de J. Leite de Vasconcellos". *Emografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional. VII-XVI.
- RIBEIRO, O. (1988) — "Prefação ao vol. X de J. Leite de Vasconcellos". *Emografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional. V-VII.
- RIBEIRO, O. (1996) — "Evolução e Distribuição da População". In *Geografia de Portugal*. 3. *O Povo Português*. 2ª edição. Lisboa: Sá da Costa, pp. 731-778.
- ROCHE, J. (1951) — *L'Industrie Préhistorique du Cabeço d'Amoreira (Muge)*. Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- ROCHE, J. (1960) — *Le Gisement Mésolithique de Moita do Sebastião (Muge-Portugal)*. *Archéologie*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- SANTOS, M. Farinha dos (1987) — "Os Estudos de Pré-História e Arqueologia na Academia Portuguesa da História". *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa, pp. 313-332.
- SAVORY, H. N. (1969) — *Espanha e Portugal*. Lisboa: Verbo (col. *História Mundial*, 14).
- SERRÃO, E. da Cunha (1959a) — "Cerâmica com Ornatos a Cores da Lapa do Fumo (Sesimbra)". *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Lisboa: Inst. de Alta Cultura. 1: 337-359.
- SERRÃO, E. da Cunha (1959b) — "Investigações Arqueológicas na Região de Sesimbra. Resultado das campanhas realizadas pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular". *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (vol. de homenagem ao Prof. Doutor Mendes Corrêa). Porto. 17 (1-4): 187-203.
- SERRÃO, E. da Cunha e VICENTE, E. Prescott (1958) — "O Castro Eneolítico de Oleas. Primeiras escavações". *Comunic. Serv. Geol. Portugal*. Lisboa. 39: 87-125.
- TEIXEIRA, C. (1964) — "Elogio Histórico de A. A. Mendes Corrêa". *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*. Lisboa. 9 (separata).
- VALLOIS, H. (1930) — "Recherches Sur les Ossements Mésolithiques de Mugem". *L'Anthropologie*. Paris. 40 (separata).
- VIANA, A. (1956) — *Algumas Notas Sobre António Dias de Deus e Suas Pesquisas Arqueológicas no Concelho de Elvas*. Beja: edição do autor.
- VIANA, A. e DEUS, A. Dias de (1951) — "Notas Para el Estudio de la Edad del Hierro en el Concejo de Elvas (Portugal)". *Crónica del VI Congreso Arqueológico del Sudeste (Alcoy, 1950)*. Cartagena: 89-104.
- VIANA, A. e DEUS, A. Dias de (1958) — "Campos de Urnas do Concelho de Elvas. Paço Ducal de Vila Viçosa. Materiais da secção arqueológica". *O Instituto*. Coimbra. 118 (separata).